



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 09|setembro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: setembro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 24 de setembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	41

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em julho de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 3,1% em termos homólogos devido ao abrandamento da produção das economias avançadas; enquanto a dos países emergentes e em desenvolvimento reforçou o seu crescimento causado sobretudo pela melhoria dos países do centro e leste da Europa. O comércio mundial de mercadorias também abrandou devido à desaceleração das exportações mundiais abrangendo tanto as economias avançadas como os países emergentes. Em relação às importações mundiais, estas melhoraram devido ao fortalecimento do crescimento dos países emergentes.
- * A adoção de medidas excecionais por parte do BCE, a 6 de setembro, nomeadamente da compra de dívida soberana dos países da área do euro em dificuldades desde que sujeitos a programas de ajustamento contribuiu, em parte, para a recente apreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar, o qual se situou em 1,29 no dia 24 de setembro (+2,4% face ao final de agosto) e para o prosseguimento de uma evolução favorável dos índices bolsistas internacionais. Porém, o clima de aumento de incerteza provocado pelas tensões existentes ao nível dos mercados periféricos de dívida soberana continua a persistir associado sobretudo ao impacto da maior restritividade das políticas orçamentais na confiança dos agentes económicos e na recuperação das diferentes economias.
- * No 2.º trimestre de 2012, o PIB da OCDE aumentou 1,6% em termos homólogos reais (1,8% no 1.º trimestre) influenciado pelo abrandamento da generalidade das economias avançadas, mais significativo para os países da União Europeia e pelo crescimento menos robusto dos países emergentes (China, Índia e Brasil). Pelo contrário, a economia do Japão fortaleceu-se neste período. A taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE diminuiu para 1,9% em julho, devido, em parte, à desaceleração dos preços de energia e a taxa de desemprego subiu para 8%.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2012 indicam um abrandamento da atividade económica e uma estabilização do mercado de trabalho, indiciando a continuação de uma expansão moderada. Com efeito, no conjunto dos meses de julho e agosto, a produção industrial e as vendas a retalho desaceleraram; a taxa de desemprego manteve-se em 8,2% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,6%.
- * No 2.º trimestre de 2012, tanto o PIB da União Europeia (UE) como da área do euro (AE) desaceleraram em termos homólogos reais, tendo diminuído 0,3% e 0,5%, respetivamente (+0,1% e variação nula, respetivamente, no 1º trimestre) em resultado da diminuição do investimento e do consumo privado; já que as exportações melhoraram. No conjunto dos meses de julho e agosto de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na AE refletindo a descida de todos os indicadores de confiança, mais acentuada para os empresários dos serviços e da indústria. Em julho de 2012, a taxa de desemprego estabilizou tanto na UE como na AE em 10,4% e 11,3%, respetivamente. A taxa de inflação homóloga da AE aumentou para 2,6% em agosto de 2012 (2,4% entre maio e julho).
- * Em setembro de 2012 e, até ao dia 24, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,26% (0,33%, em agosto) e a dos EUA em 0,39% (0,43% em agosto).
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a subir, em setembro, quando expresso em dólares, tendo a média do preço do Brent, até ao dia 24, registado o valor de 114 USD/bbl (89€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2012 apontam para uma variação homóloga de -3,3% do PIB (-2,3% no 1.º trimestre).

- * O consumo privado registou, durante o 2.º trimestre, em termos homólogos, uma contração real de 5,9%, um agravamento de 0,3 p.p. face ao trimestre anterior.
- * A FBCF registou uma quebra de 18,7%, 4 p.p. abaixo do valor observado no trimestre anterior.
- * De acordo com os dados do IEFP, no final de agosto de 2012, estavam registados 673 mil desempregados nos centros de emprego, o que representa um aumento de 2,8% face ao mês de julho e de 26,3% face ao mesmo período do ano anterior.
- * O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 3,1% em agosto de 2012 (face aos 2,8% verificados no mês de julho).
- * Até agosto de 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real na Administração Local, foi de 3857,9 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 3582,7 milhões de euros, reduzindo-se 1591,0 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado, o qual diminuiu 2200,9 milhões de euros. A diminuição do excedente da Segurança Social e dos FSA, em 458,9 milhões de euros e 65,4 milhões de euros, respetivamente, e o agravamento do saldo da Administração Regional, em 85,5 milhões de euros, compensaram parcialmente esta diminuição. O défice das EPR foi de 516,5 milhões de euros, mais 11,7 milhões de euros do que o registado em julho de 2012.
- * A Administração Local, tendo em conta um universo comparável de 236 municípios, registou, neste período, um saldo provisório da execução orçamental de 233,4 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 24,2 milhões de euros relativamente ao mês anterior.
- * Até julho, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 1298,4 milhões de euros, o que compara com um défice de 192,6 milhões de euros registado no período homólogo. Note-se que esta evolução está, no entanto, influenciada pelo recebimento da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de bens de 8,9% nos primeiros sete meses de 2012. Neste período, as importações de bens decresceram 5,6%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 42,3%, correspondendo a 4.143 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 82,6%, mais 11 p.p. que em igual período de 2011.
- * Nos primeiros sete meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (6,7%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (-9,6%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 77,8% (taxa de cobertura de 95,3%).
- * No último ano a terminar em julho de 2012, as exportações de mercadorias cresceram 10,5% em termos homólogos, sendo que todos os grupos contribuíram positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,8 p.p.), dos “Minérios e Metais” (+1,9 p.p.) e das “Máquinas” (+1,8 p.p.). Nos primeiros sete meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,9 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,8 p.p.).

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de julho de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

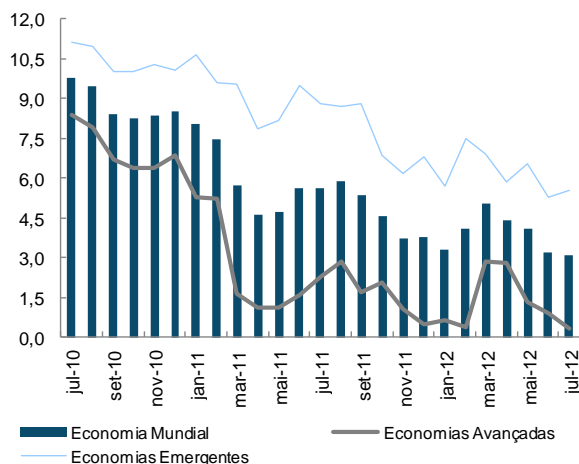
- * De janeiro a julho de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 3,4 % e contribuíram em 2,6 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,9 % e as exportações para os países do Alargamento 17,5 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,1 p.p. e 0,5 p.p. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,6 % para 22,5 % no período de janeiro a julho de 2011 e 2012, respetivamente), Espanha permanece o principal mercado de destino. As exportações para França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para a Bélgica e o Reino Unido (ambos com +0,5 p.p.).
- * Nos primeiros sete meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 25,7% e passando a representar 28,2 % do total das exportações nacionais (+3,8 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+185,7%), Angola (+39,7%) e Marrocos (+33,6%).
- * De janeiro a julho de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 9,4% face a igual período de 2011. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+7,9 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **junho** de 2012, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo de 6,4% nos seis primeiros meses de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior aos Serviços (9,0% e 0,1%, respetivamente), tendo sido a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+6,4 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em julho de 2012, a produção industrial mundial desacelerou ligeiramente para 3,1% em termos homólogos (3,2% em junho) devido ao abrandamento das economias avançadas, o qual foi extensível aos principais países (EUA, Japão e área do euro). Pelo contrário, a produção das economias emergentes apresentou um crescimento mais forte causado sobretudo pela melhoria dos países do centro e leste da Europa.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



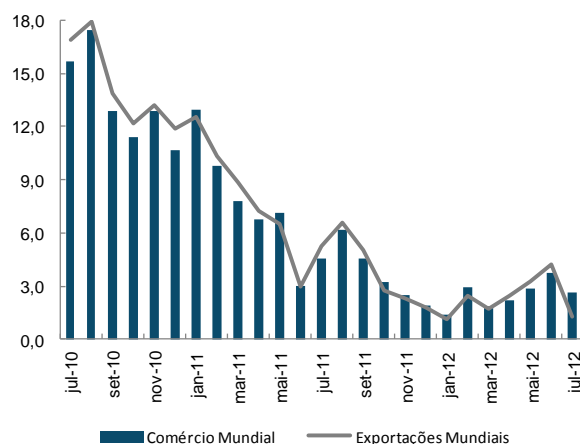
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também abrandou devido à desaceleração das exportações mundiais. Ao inverso, as importações mundiais aceleraram.

De facto, em julho de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou um aumento de 2,6% (3,7% em junho);
- as exportações mundiais desaceleraram para 1,3% (4,2% em junho); enquanto as importações mundiais reforçaram o seu crescimento para 4% (3,2% em junho).

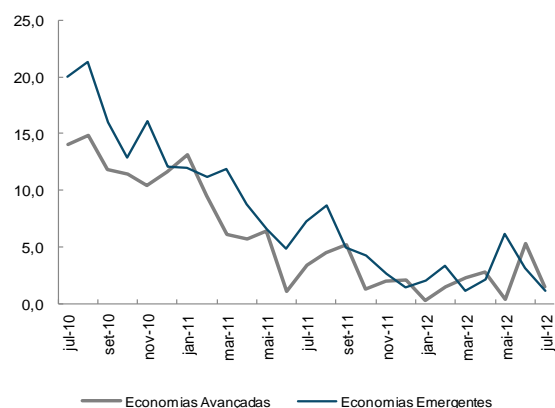
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A desaceleração das exportações mundiais deu-se tanto nas economias avançadas como nos países emergentes, embora tenha sido mais acentuada para o primeiro caso. Em relação às importações mundiais, estas melhoraram devido ao fortalecimento do crescimento dos países emergentes (especialmente dos países do centro e leste da Europa); já que em relação às economias avançadas estas apresentaram uma desaceleração significativa causada sobretudo pela deterioração da área do euro.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

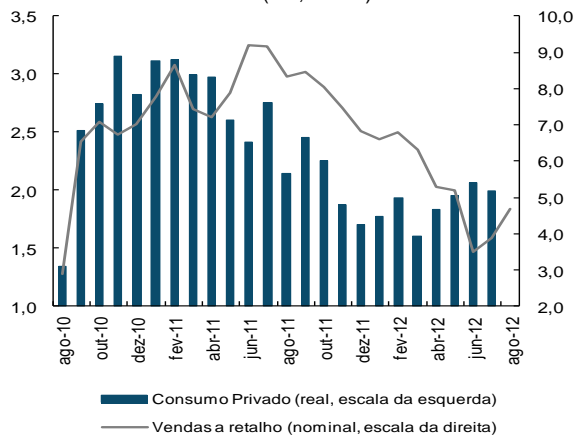
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	5,0	5,6	4,0	4,1	3,9	4,4	4,1	3,2	3,1
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	1,3	2,3	1,2	1,3	1,7	2,8	1,3	0,9	0,3
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	8,5	8,8	6,6	6,7	5,9	5,9	6,6	5,3	5,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,8	5,6	5,1	2,5	2,0	2,9	2,2	2,9	3,7	2,6
Importações Mundiais	VH	CPB	5,6	5,7	4,6	2,8	2,3	2,5	1,9	2,5	3,2	4,0
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	3,0	2,1	0,7	0,5	0,5	0,8	-1,2	2,1	0,7
Economias Emergentes	VH	CPB	8,2	8,8	7,4	5,1	4,4	4,7	3,1	6,6	4,4	7,8
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,9	5,6	5,6	2,3	1,7	3,3	2,5	3,3	4,2	1,3
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	4,4	4,4	1,8	1,3	2,8	2,7	0,4	5,3	1,5
Economias Emergentes	VH	CPB	6,9	6,7	6,9	2,8	2,2	3,8	2,2	6,2	3,2	1,1

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2012 indicam um abrandamento da atividade económica dos **EUA**, embora continue a revelar uma expansão moderada assente essencialmente num forte crescimento da procura interna.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



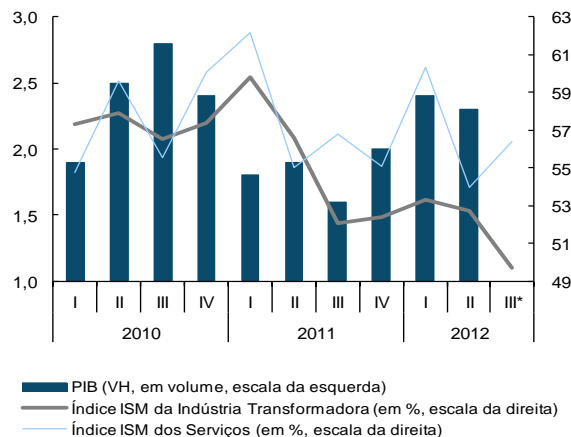
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de julho e agosto e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 3,6% (4,8% no 2.º trimestre de 2012) e o indicador de confiança dos empresários da indústria diminuiu contrariamente ao dos serviços, o qual apresentou uma recuperação;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,3% em termos nominais (4,7% no 2.º trimestre de 2012) e o indicador de confiança dos consumidores recuou;
- a taxa de desemprego manteve-se em 8,2% e a taxa de inflação diminuiu para 1,6% (1,9% no 2.º trimestre de 2012).

Em julho de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2% em termos reais (2,1% em junho) e as exportações desaceleraram para 2,8% em termos nominais (7,2% em junho).

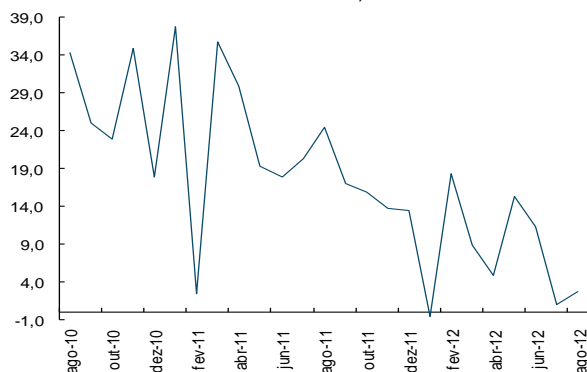
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de julho e agosto.

Os indicadores disponíveis para a **China**, sugerem a continuação do abrandamento da atividade económica, afetando essencialmente as exportações. De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2012 e, em termos homólogos, a produção industrial desacelerou para 9,1% (9,5% no 2.º trimestre de 2012); as vendas a retalho aumentaram 13,2% (13,9% no 2.º trimestre) e as exportações abrandaram para 1,9% (10,5% no 2.º trimestre). A taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,9% no conjunto dos meses de julho e agosto (2,9% no 2.º trimestre).

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

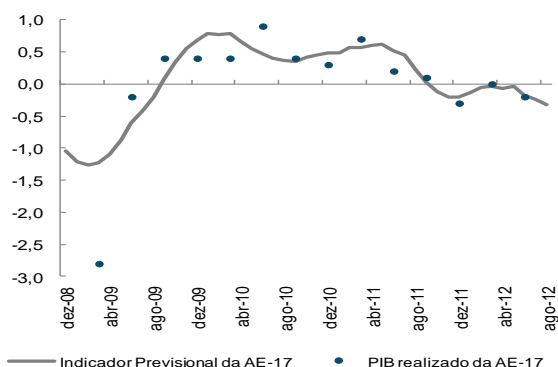
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
EUA – PIB real	VH	BEA	1,8	1,9	1,6	2,0	2,4	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	3,6	3,3	4,1	4,5	4,8	4,7	4,7	4,3	2,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	56,6	52,1	52,4	53,3	52,7	53,5	49,7	49,8	49,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	55,0	56,8	55,1	60,3	54,0	55,6	51,7	57,2	55,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	71,9	59,6	65,0	75,5	76,3	79,3	73,2	72,3	74,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,0	9,1	8,7	8,3	8,2	8,2	8,2	8,3	8,1
China – PIB real	VH	NBSC	9,3	9,5	9,1	8,9	8,1	7,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	22,4	20,7	14,4	8,9	10,5	15,3	11,3	1,0	2,7
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,8	-1,7	-0,7	-0,6	2,8	3,3	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida de todos os indicadores de confiança, tendo sido mais pronunciada para os empresários dos serviços e da indústria. Consoante o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB em cadeia da AE deteriorou-se, em agosto, perspetivando a continuação de uma variação negativa para o 3.º trimestre (-0,2% no 2.º trimestre).

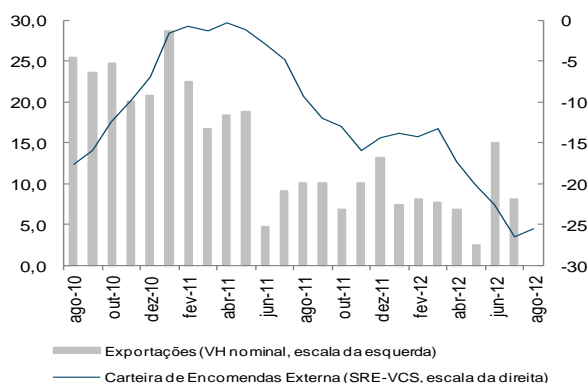
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em julho de 2012, indicam um enfraquecimento da atividade económica, com destaque para a continuação da quebra da produção industrial, das vendas a retalho e, para um crescimento menos robusto das exportações.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

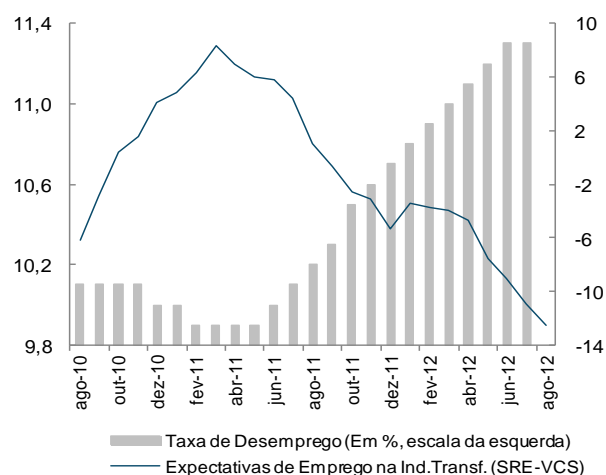
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,7	1,4	0,7	0,1	-0,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	104,6	97,5	92,6	93,3	91,3	90,4	90,4	89,0	87,0
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,4	1,6	1,3	0,6	0,0	-0,5	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	105,2	98,4	93,6	94,1	91,1	90,5	89,9	87,9	86,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,5	3,8	3,8	-0,2	-1,7	-2,4	-2,5	-2,0	-2,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,5	-0,4	-0,6	-1,4	-1,2	-1,4	-0,3	-1,0	-1,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	9,9	10,2	10,6	10,9	11,2	11,2	11,3	11,3	:
IHPC	VH	"	2,7	2,8	2,7	2,9	2,7	2,5	2,4	2,4	2,4	2,6

Em julho de 2012, a taxa de desemprego estabilizou tanto na UE como na AE em 10,4% e 11,3%, respetivamente.

Em agosto de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores da indústria transformadora, dos serviços e da construção; enquanto apresentaram uma ligeira melhoria para o comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em agosto de 2012, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 2,6% (2,4% entre maio e julho) e, manteve-se em 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses. A evolução ascendente da inflação resultou sobretudo do aumento dos preços de energia, os quais se situaram em 8,9% em termos homólogos (6,1% em julho).

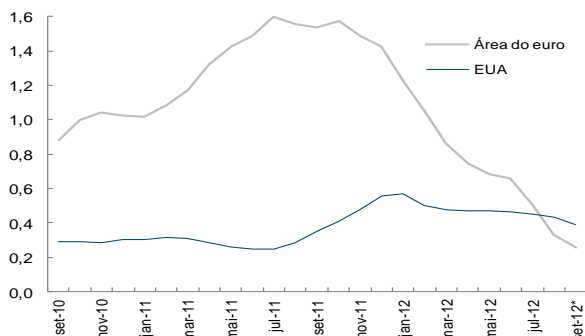
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram no 2.º trimestre de 2012 para 2% em termos homólogos nominais (1,6% no 1.º trimestre).

No 2.º trimestre de 2012, o emprego total da economia diminuiu 0,6% em termos homólogos na AE, comparado com uma redução de 0,5% no 1.º trimestre, acompanhado de um abrandamento da produtividade, a qual aumentou 0,1 p.p. (0,5 p.p. no 1.º trimestre).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em setembro de 2012 e até ao dia 24, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora a descida tenha sido mais acentuada para a área do euro. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,26% (0,33%, em agosto) e a dos EUA em 0,39% (0,43% em agosto).

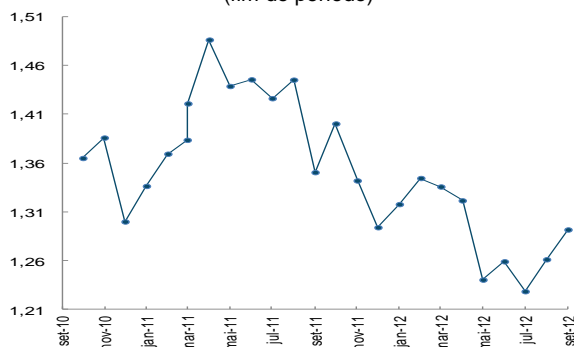
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em agosto de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram na área do euro; enquanto aumentaram nos EUA. O prosseguimento da evolução descendente para a área do euro reflete a deterioração das perspetivas de crescimento e as preocupações quanto à estabilidade financeira.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

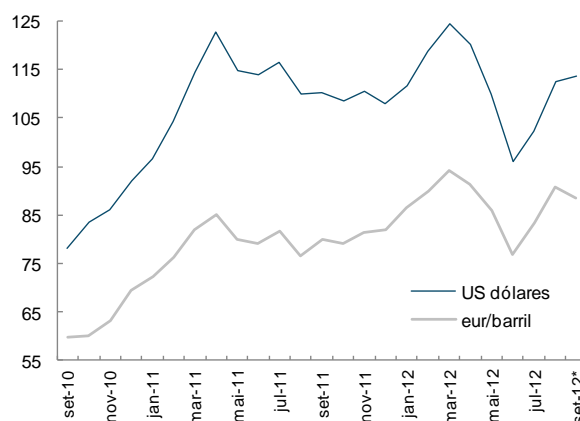


Fonte: Banco de Portugal. Para setembro, o valor é do dia 24.

Em setembro e, até dia 24, a taxa de câmbio do euro face ao dólar continuou a apreciar-se, tendo atingido no dia 14 (1,31) o valor mais elevado desde o início do mês de maio. Para esta tendência devem ter contribuído as decisões anunciadas pelo BCE, a 6 de setembro, relacionadas com a aquisição de obrigações soberanas entre 1 e 3 anos, sem quaisquer limites quantitativos, aos países da área do euro que se encontram em maiores dificuldades.

Em agosto de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 88,6 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em setembro de 2012, e até dia 24, o preço do petróleo Brent continuou a subir, quando expresso em dólares, para se situar, em média, em 114 USD/bbl (89 €/bbl), sendo, em parte, o resultado da redução da oferta de petróleo, especialmente por parte de Angola, Líbia e Irão.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo diminuído 11,6% em termos homólogos (-14,6% no 2.º trimestre), devido sobretudo à subida dos preços dos produtos alimentares.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,55	1,55	1,36	0,78	0,66	0,67	0,66	0,39	0,28
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	3,21	2,43	2,05	2,04	1,82	1,80	1,62	1,53	1,68
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,51	4,30	4,53	4,39	4,27	4,28	4,30	4,16	4,03
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,445	1,350	1,294	1,336	1,259	1,24	1,26	1,23	1,26
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	0,8	-12,1	12,0	8,1	-2,5	-6,2	3,9	1,0	0,6
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	-2,1	-23,5	6,3	6,9	-8,6	-8,1	6,9	2,7	4,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	117,04	112,18	108,94	118,21	108,78	109,98	96,10	102,33	112,42
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	47,2	45,9	24,9	12,4	-7,1	-4,1	-15,5	-12,2	2,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	30,2	33,4	25,8	17,3	4,2	7,62	-2,97	1,97	18,56
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	82,9	78,3	81,2	87,8	87,8	87,5	81,6	78,0	88,6

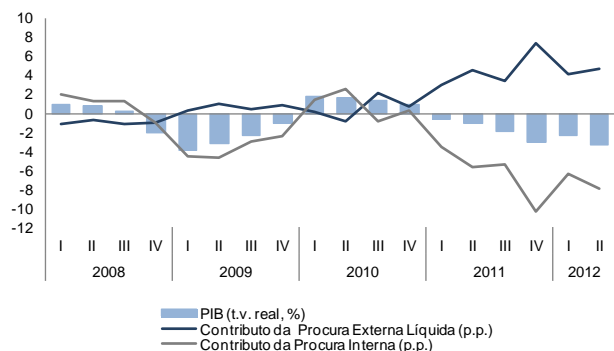
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2012 apontam para uma variação homóloga de -3,3% do PIB (-2,3% no 1.º trimestre). Este movimento deveu-se a um contributo mais negativo da procura interna (-7,9 p.p. face a -6,4 p.p. do 1.º trimestre), enquanto a procura externa líquida registou um contributo positivo de 4,7 p.p. (4,1 p.p. do 1.º trimestre).

Figura 2.1. Contributos para a Taxa de Variação do PIB

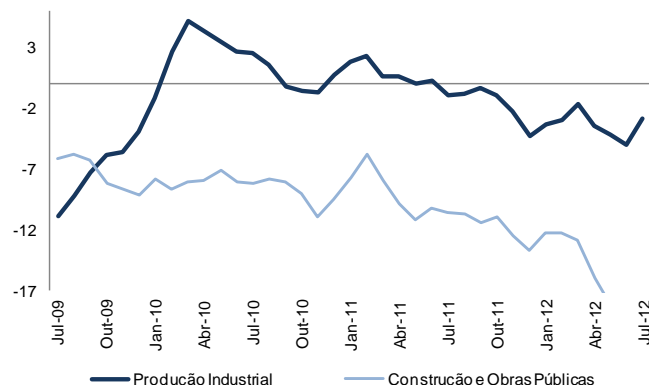


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em julho mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 2,8%, e o índice de volume de negócios diminuiu 2,9% (-5% e -4,2% respetivamente no 2.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -18,8% (-19,4% no 2.º trimestre);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -10%, +0,5 p.p. face ao valor observado no 2.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou variação de -5,3%, superior em 0,4 p.p. face ao valor observado no 2.º trimestre.

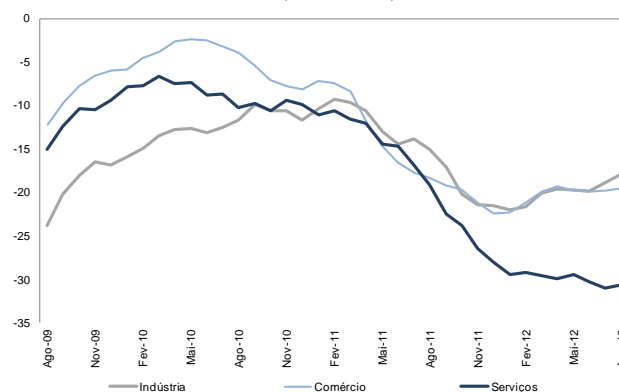
Figura 2.2. Índice de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Agosto, os indicadores de confiança registaram ligeiras melhorias em todos os setores de atividade.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

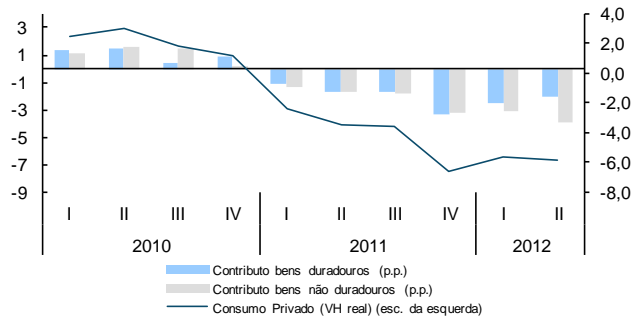
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012			
				3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-2,0	-2,9	-2,2	-3,3	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-3,1	-4,4	-4,8	-4,4	-4,6	-4,4	-4,4	-4,0
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-17,1	-21,6	-20,2	-19,9	-21,5	-19,3	-20,0	-17,3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,6	-19,2	-22,4	-19,9	-19,9	-21,4	-19,3	-18,9	-20,5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-22,5	-28,1	-29,6	-30,3	-28,4	-32,8	-32,0	-27,1
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-59,3	-65,3	-68,8	-71,5	-72,7	-71,2	-71,6	-68,1
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,9	-0,4	-4,2	-1,7	-5,0	-4,7	-4,3	0,6	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,7	4,7	0,0	0,5	-4,2	-1,6	-3,1	-4,0	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-7,2	-6,2	-12,3	-9,1	-10,5	-9,4	-10,0	-10,6	:

Consumo Privado

O consumo privado registou, durante o 2.º trimestre, em termos homólogos, uma contração real de 5,9%, um agravamento de 0,3 p.p. face ao trimestre anterior. Esta evolução deveu-se em grande parte a uma quebra mais acentuada registada nos bens não duradouros.

Figura 2.4. Crescimento real do Consumo Privado e Principais Contributos
(VH, p.p.)



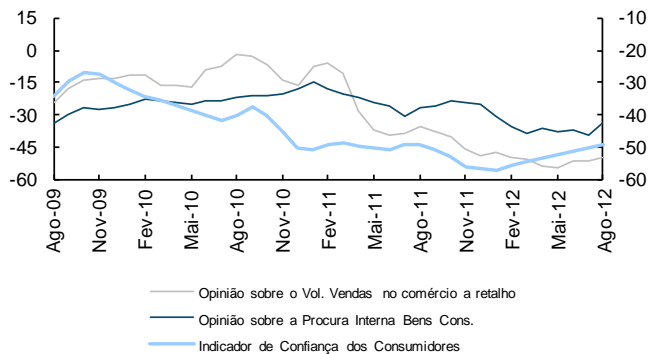
Fonte: INE.

O índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em julho uma variação homóloga de -7,9%, superior em 1,4 p.p. à variação verificada no 2.º trimestre (-6,6%).

Contrariamente ao que tinha acontecido em julho, no mês de agosto observou-se a uma moderada melhoria da confiança dos empresários no comércio a retalho e também do sentimento dos empresários relativos à procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria.

O indicador de confiança dos consumidores voltou em agosto a apresentar um perfil positivo, prolongando a recuperação iniciada em fevereiro. Para esta evolução contribuíram as perspetivas favoráveis existentes sobre a situação económica do país e sobre a situação financeira das famílias e ainda as expectativas relativas à evolução do desemprego.

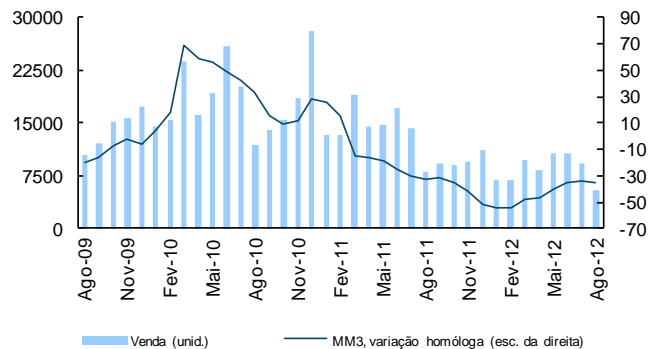
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em agosto de 2012 o mercado automóvel registou uma queda face ao período homólogo de 33,1% (+2,1 p.p. que o mês de julho). Em termos absolutos, esta quebra representou a comercialização de aproximadamente 5 443 veículos face aos 9 256 veículos comercializados em julho (-41,2%).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

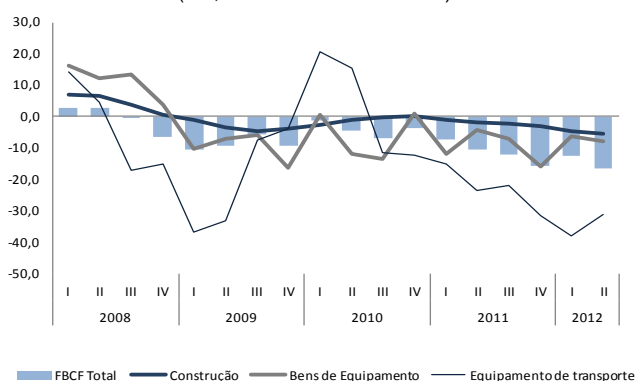
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012				
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-3,4	-3,5	-6,6	-5,6	-5,9	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-51	-51	-57	-54	-52	-53	-52	-49	-50	-49
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-39	-38	-49	-51	-52	-51	-55	-49	-51	-49
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-5,8	-5,3	-9,7	-6,5	-6,6	-9,8	-4,4	-5,4	-7,9	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-1,0	-2,8	-5,5	-5,2	-4,2	-8,2	-1,6	-2,8	-4,7	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-10,3	-7,6	-13,7	-7,9	-9,0	-11,5	-7,4	-8,0	-11,1	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-24,7	-31,5	-51,7	-48,4	-35,5	-41,7	-27,5	-37,0	-35,1	-33,1
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	-2,7	-0,8	-6,5	-5,1	-3,8	-8,1	-2,9	-0,4	-2,9	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 2.º trimestre de 2012, em termos homólogos, a FBCF registou uma quebra de 18,7%, 4 p.p. abaixo do valor observado no trimestre anterior. A componente de construção foi a que mais contribuiu para esta evolução, tendo registado uma variação homóloga de -20.1% que compara com -12,6% no 1.º trimestre. O investimento em outras máquinas e equipamento caiu 7,7% (-1,4 p.p. face ao trimestre anterior). O investimento em equipamento de transporte diminuiu 31% neste trimestre, 7 p.p. acima dos valores do trimestre anterior.

Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referência 2006)

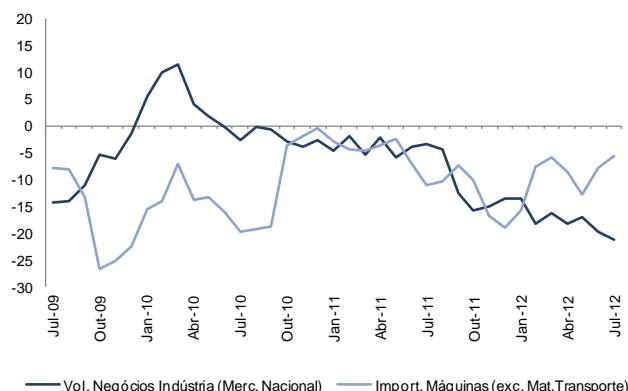


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o investimento no trimestre terminado em julho de 2012, mostram que em termos médios homólogos:

- as licenças de construção de fogos desceram 34,6% (+0,8 p.p. face ao valor do 2.º trimestre);
- o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional agravou-se 1,4 p.p. face ao 2.º trimestre;
- as importações de bens de capital, exceto material de transporte cresceram 2,3 p.p. face ao 2.º trimestre.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

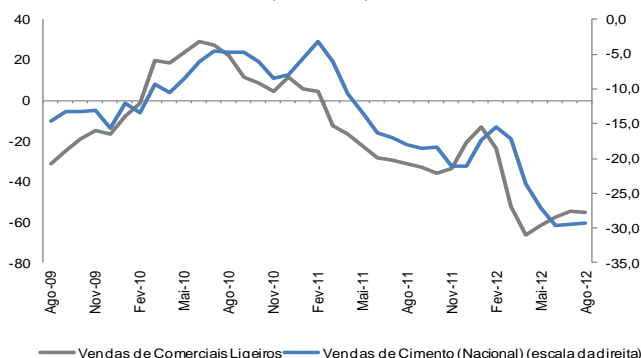


Fonte: INE.

De acordo com os dados disponíveis para o trimestre terminado em agosto, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 55,1% (+2,3 p.p. comparando com o 2.º trimestre);
- as vendas de cimento diminuíram 29,4%, (+0,3 p.p. comparando com os valores verificados no 2.º trimestre);

Figura 2.9. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros e de Cimento
(VH, MM3)



Fonte: INE..

- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso deteriorou-se ligeiramente.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012			
				3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,9	-13,6	-23,9	-12,8	-18,7	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,3	-12,1	-15,7	-12,4	-16,4	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-12,2	-14,6	-14,0	-18,0	-17,6	-18,0	-17,3	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-18,6	-21,1	-17,1	-29,7	-30,2	-29,8	-28,1	-30,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-32,7	-20,9	-52,5	-57,4	-55,9	-53,4	-54,8	-58,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-41,0	-48,4	-44,8	-50,2	-31,6	-42,5	-10,9	-34,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-45,9	-56,6	-47,2	-45,3	-51,2	-37,4	-37,2	-39,0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-31,1	-30,5	-30,6	-31,1	-35,3	-27,1	-44,2	-33,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-7,3	-18,9	-5,8	-7,9	-8,0	0,9	-9,0	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,0	-12,4	-13,5	-16,2	-19,7	-17,4	-20,2	-25,5	:

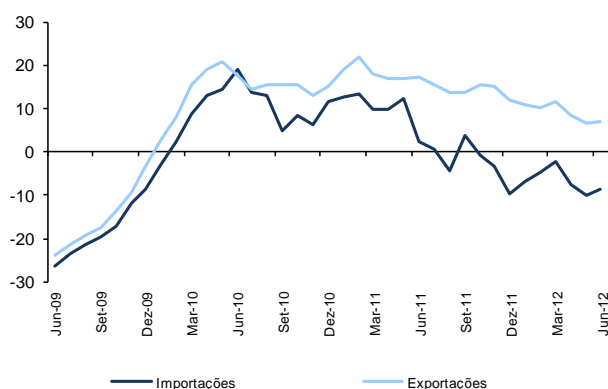
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no trimestre terminado em julho, e em termos homólogos:

- as exportações de bens desaceleraram 1,2 p.p. face ao 2.º trimestre, tendo registado um crescimento de 8,3%. A componente extracomunitária aumentou 23,4%, 3,7 p.p. acima dos valores registados no 2.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário subiram 0,4 p.p., face ao 2º trimestre;
- as importações de bens registaram uma quebra de 6,5% (-8,6% no 2.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 6,5%, sendo que o mercado extracomunitário diminuiu os mesmos 6,5% (-8,1% e -10,1% no 2.º trimestre respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

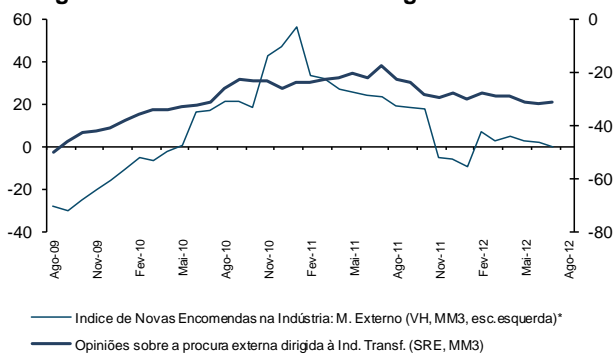


Fonte: INE.

As novas encomendas à indústria do mercado externo desceram 0,4%, em termos homólogos no trimestre terminado em julho (-2,2 p.p. face ao 2.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa melhoraram no trimestre terminado em agosto.

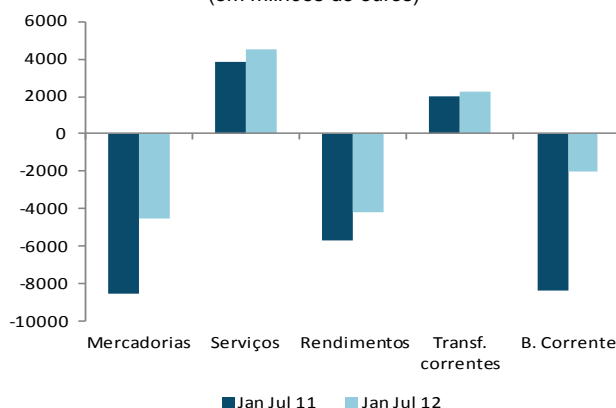
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até julho de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 1 979 milhões de euros, o que representa uma redução de 6 423 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com destaque para a diminuição de 3 964 milhões de euros no défice da balança de mercadorias, um aumento de 681 milhões de euros no excedente da balança de serviços, e ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 1 524 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice conjunto das balanças corrente e de capital reduziu-se em 7 345 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011			2012		2012			
					2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,5	8,8	6,7	6,3	7,9	4,3	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,3	-4,3	-2,8	-12,8	-3,8	-8,1	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	4,8	3,7	12	1,9	0,2	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,0	-8,0	-5,3	0,4	-3,5	-0,2	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,1	17,3	13,7	12,0	11,5	7,1	2,9	8,4	9,8	6,8
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	12	2,4	3,9	-9,7	-2,4	-8,6	-12,7	-9,2	-3,5	-6,2

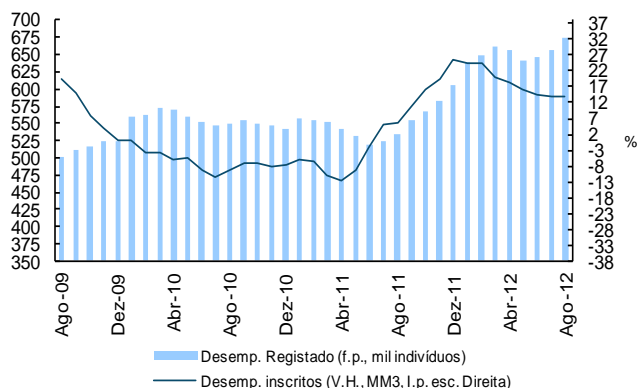
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Jul	Jan Jul 11	Jul	Jan Jul 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 284	-8 976	-485	-7 624	1 197	-279	7 345
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 195	-13 340	-962	-8 505	-397	-4 541	3 964
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 712	7 745	925	3 843	1 106	4 524	681
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 496	-737	-5 729	-485	-4 205	1 524
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 198	2 993	216	1 989	689	2 242	254

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, no final de agosto de 2012, estavam registados 673 mil desempregados nos centros de emprego, o que representa um aumento de 2,8% face ao mês de julho e de 26,3% face ao mesmo período do ano anterior.

Figura 2.13. Desemprego (%)

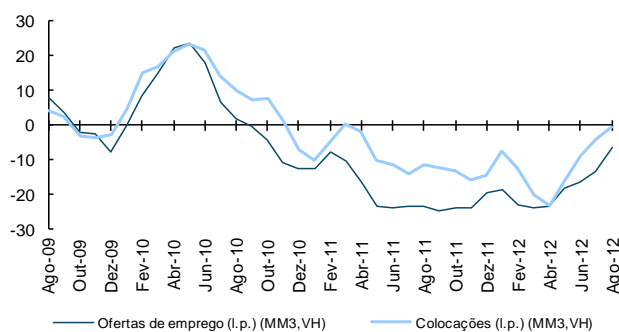


Fonte: IEFP.

Em termos absolutos, existem em agosto mais 18 079 desempregados do que em julho e mais 140 049 desempregados do que em agosto do ano anterior.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de agosto sofreu uma quebra homóloga de 0,1% (face aos -10,2% de julho). Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de agosto foi de 8 686 (mais 80 ofertas que o mês de julho), prolongando a recuperação que se iniciou em fevereiro (apenas 5 705 ofertas).

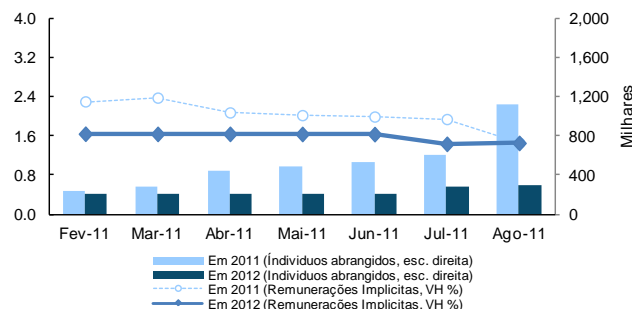
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As colocações registadas ao longo de agosto atingiram cerca de 5 527, o que representa uma variação positiva de 1,0% face ao mês homólogo de 2011.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em agosto ascendeu aos 295,6 mil trabalhadores (menos 825,3 mil trabalhadores do que em agosto de 2011). Ao comparar este valor com o mês anterior, isto significa aproximadamente mais 9,4 mil trabalhadores abrangidos do que em julho. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em agosto manteve-se nos 1,4% (à semelhança do que tinha acontecido em julho).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

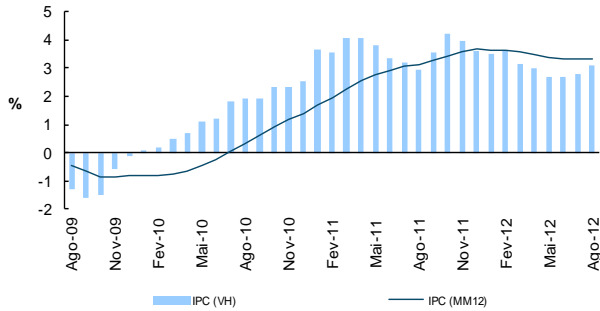
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012		2012				
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0	14,9	15,0	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	:	:	:	:	:	-4,2	-4,2	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	19,8	24,5	21,0	20,8	24,5	25,0	26,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-11,0	-2,2	10,7	25,3	19,8	14,7	15,2	12,6	16,4	13,0	12,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,6	-16,4	-20,0	-20,1	-8,8	-10,2	-0,1
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,4	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,4	1,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	0,9	-0,8	0,8	-1,7	1,5	-	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,8	2,5	3,1	2,7	2,8	2,0	-	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 3,1% em agosto de 2012 (face aos 2,8% verificados no mês de julho). Em termos mensais, o IPC apresentou uma variação de -0,1%. Por seu lado, o IPC medido pela média móvel dos últimos 12 meses, registou uma variação de 3,3%, conforme já se tinha verificado nos meses de junho e julho.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

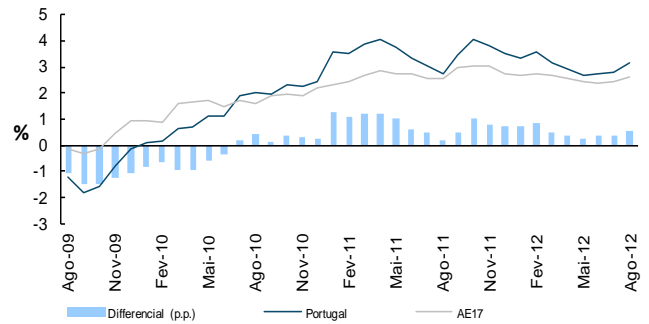
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de agosto, destaca-se a classe da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis com uma contribuição de 1,21 p.p. e, com menor expressão os transportes com uma contribuição de apenas 0,69 p.p..

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em agosto crescimentos homólogos de 3,6% e 2,7% respetivamente.

No que se refere à inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos), esta situou-se nos 1,4%, mais 0,1 p.p. que o mês anterior. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se este mês nos 1,7 p.p..

No mês de agosto de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 3,2%, mais 0,4 p.p. que o mês anterior. Por seu lado, de acordo com o Eurostat a variação homóloga do IHPC da zona euro aumentou para os 2,6%. Assim, o diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro situou-se nos 0,6 p.p. (+ 0,2 p.p. que no mês anterior).

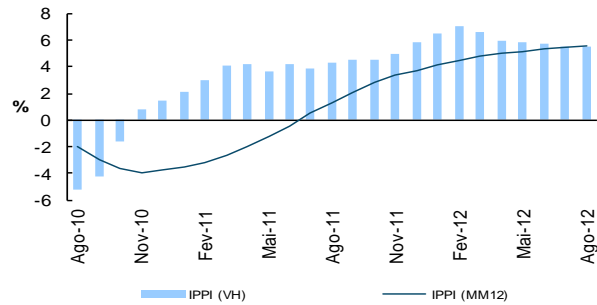
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(VH, %)



Fontes: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em agosto uma variação homóloga de 4,0% (+1,0 p.p. que o mês anterior). A variação mensal situou-se em 0,9% (0,5% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

Para a evolução observada em agosto destacam-se fundamentalmente os contributos dos agrupamentos industriais das indústrias transformadoras e da energia, com crescimentos de 2,1% e 11% respetivamente. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 4,7%; e de 13,2% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

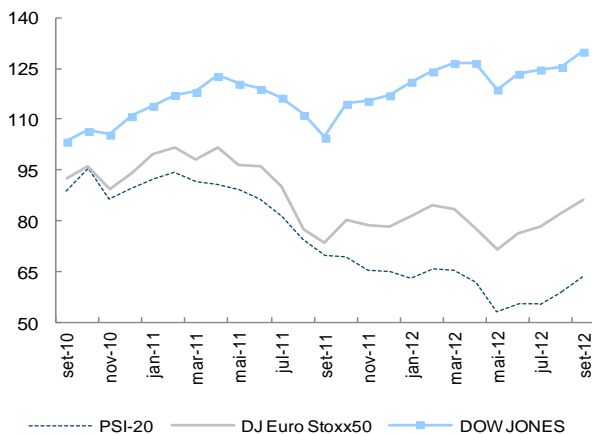
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011	2012							
				Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,0	0,5	0,1	1,2	0,3	-0,4	-0,2	0,0	-0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,6	3,5	3,6	3,1	3,0	2,7	2,7	2,8	3,1
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,7	3,6	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3
IPC - Bens	VH	"	4,3	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0	2,4	2,4	2,3	3,6
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	2,7
IPC Subjacente*	"	"	2,3	2,3	2,1	2,2	1,9	1,7	1,6	1,5	1,3	1,4
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	4,4	4,6	4,2	3,7	3,6	3,2	2,7	3,0	4,0
IHPC	"	"	3,5	3,5	3,4	3,6	3,1	2,9	2,7	2,7	2,8	3,2
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,7	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução favorável nos últimos meses associada sobretudo às expectativas criadas para a resolução da crise do euro por parte das instituições europeias e, mais recentemente pela implementação de medidas concretas por parte do BCE. Assim, em setembro de 2012 e, no dia 24, o índice *Euro Stoxx50* e o *Dow Jones* subiram 21% e 9%, respetivamente, face ao final do mês de maio (período em que atingiu o valor mais baixo deste ano).

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

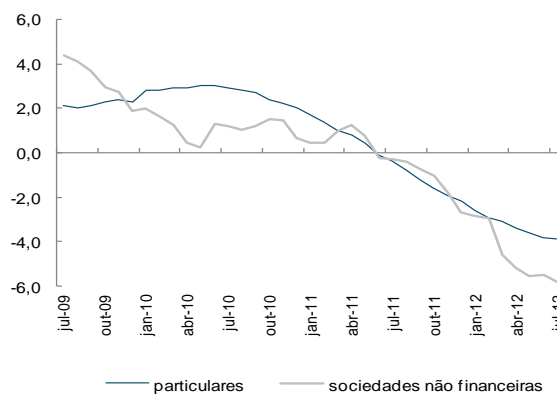


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para setembro, o valor é do dia 24.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também apresentou uma forte recuperação nos últimos meses. De facto, em setembro e, no dia 24, o índice PSI-20 subiu 19% face ao final do mês de maio.

Em julho de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -4,7% (-4,5% em junho), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, embora mais acentuada para o primeiro caso.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

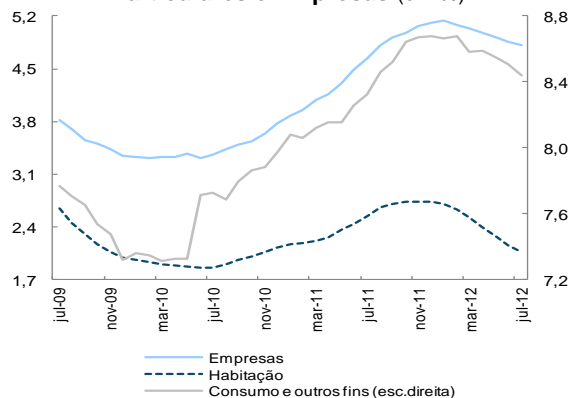


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, tendo, no entanto, esta tendência sido mais pronunciada para o crédito ao consumo, o qual apresentou uma variação negativa de 9,1% em julho de 2012 (-3,1% em julho de 2011).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 2,06% em julho (2,16% em junho de 2012).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

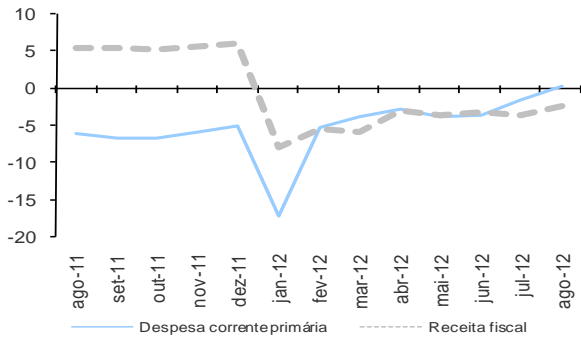
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011	2012							
				dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	12,9	14,3	13,3	11,3	10,4	11,7	9,9	11,0	9,3
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	1111	1251	1154	955	874	1033	840	958	786
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-0,8	-3,1	4,8	-0,5	-5,7	-13,8	4,1	-0,2	6,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-1,6	-1,9	-2,2	-2,4	-2,7	-2,9	-3,0	-3,1	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-5,8	-7,0	-7,4	-7,4	-8,2	-8,6	-9,0	-9,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-2,7	-2,9	-3,0	-4,6	-5,2	-5,5	-5,5	-5,8	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,73	2,73	2,71	2,63	2,53	2,39	2,27	2,16	2,06	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	5,12	5,12	5,14	5,08	5,04	4,97	4,92	4,86	4,81	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até agosto, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 4895,3 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2200,9 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 656,7 milhões de euros, melhorando 2855,1 milhões de euros face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 2,4%, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-22,9%), do imposto sobre veículos (-44,4%), do IVA (-2,2%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-7,6), do imposto sobre o tabaco (-10,8%) e do imposto de selo (-7,7%). O IRS registou um aumento de 13,7%, em aceleração face ao mês anterior, em resultado da antecipação num mês do prazo de pagamento do valor apurado nas declarações referentes a 2011, e os outros impostos diretos aumentaram 460,1%, justificado pelo RERT III. A receita não fiscal registou um crescimento de 116,1%, refletindo a transferência da segunda parcela referente à titularidade dos ativos dos fundos de pensões dos bancários, a receita proveniente do leilão de frequências 4G, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos dividendos e participação nos lucros justificado principalmente pela redução dos dividendos pagos pelo Banco de Portugal; e
- um aumento da despesa total em 1,1%, enquanto a despesa primária diminuiu 1,2%. Com efeito no aumento da despesa é de referir, essencialmente, a transferência para o SNS para regularização de dívidas de anos anteriores, no valor de 1500 milhões de euros, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida

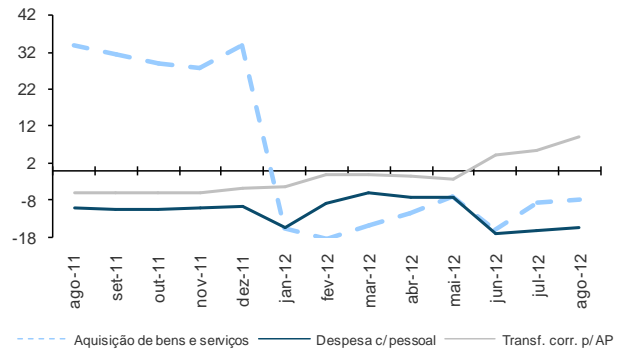
Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2012			
	jan a ago		jan a ago		mai	jun	jul	ago
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	23894	26431	59,9	62,9	-2,3	13,2	11,4	10,6
Receita corrente	23611	23196	61,2	60,1	-2,4	-2,2	-2,8	-1,8
Impostos diretos	8208	8378	56,2	58,0	0,3	0,4	-1,6	2,1
Impostos indiretos	13057	12370	66,0	59,8	-5,9	-5,2	-4,7	-5,3
Despesa Total	30990	31326	61,8	64,8	2,0	-2,2	-0,7	1,1
Despesa corrente primária	25299	25384	62,8	66,3	-3,7	-3,5	-1,6	0,3
Despesa corrente	28884	29623	61,9	64,9	0,8	-0,3	0,8	2,6
Despesa com pessoal	6624	5593	63,5	63,5	-7,2	-16,9	-16,1	-15,6
Aquisição bens e serviços	962	887	46,2	46,9	-7,1	-16,0	-8,8	-7,8
Subsídios	138	124	22,3	40,6	-73,3	-71,8	0,9	-10,5
Juros	3584	4239	56,2	57,8	80,1	19,9	16,9	18,3
Transferências corr. p/ AP	15358	16752	65,2	69,5	-2,5	4,2	5,2	9,1
Saldo Global	-7096	-4895	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-3512	-657	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

(18,3%), e, ainda, o pagamento de indemnizações compensatórias, que, em 2011, foram pagas no final do ano. Com efeito na diminuição da despesa, salienta-se a diminuição da despesa com pessoal, justificado pela suspensão de pagamento do subsídio de férias, e das transferências de capital devido ao efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de julho, a dívida direta do Estado situava-se em 188,0 mil milhões de euros, diminuindo 286,9 milhões de euros face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, principalmente, à diminuição do saldo de BT, em 1496,3 milhões de euros, de CA, em 188,6 milhões de euros, à amortização do FRN USD Ago 2012, em 90,3 milhões de euros, à amortização líquida de ECP, em 60,7 milhões de euros, e à amortização parcial antecipada da OT 5,45% Set2013, em 16,8 milhões de euros. A diminuição do saldo foi parcialmente compensado pela emissão de um empréstimo do FMI em 1459,9 milhões de euros, pela emissão líquida de CEDIC e de CT, em 458,8 milhões de euros e 31,3 milhões de euros, respetivamente. As variações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 440,2 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida (milhões de euros)

	31-jul-12	ago-12			31-ago-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	113 196	565	2 229	- 90	111 442
Bilhetes do Tesouro	16 015	500	1 996	0	14 518
Obrigações do Tesouro	93 650	0	17	0	93 633
Não Transacionável	16 760	4 476	4 125	0	17 112
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 339	55	212	0	11 182
CEDIC e CEDIM	4 839	4 257	3 798	0	5 298
Prog. de Ajustamento Económico	58 352	2 460	0	- 350	59 467
Total	188 308	7 502	7 348	- 440	188 021

Fonte: IGCP.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até agosto, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 1125,7 milhões de euros, o que representa um diminuição de 65,4 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento da receita em 1,2%, explicado principalmente pelo acréscimo da transferência para o SNS, em resultado do orçamento retificativo, e das outras receitas correntes. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das transferências de capital, justificada pelo efeito base, em 2011, da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA e pela diminuição das transferências para outras entidades das administrações públicas, e, ainda, da receita das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias, e da transferência da responsabilidade dos encargos com pensões dos hospitais para a Secretaria-geral do Ministério da Saúde; e
- um crescimento da despesa em 1,8%, explicada pela aquisição de bens e serviços pelo SNS, justificado pela regularização extraordinária de dívidas de anos anteriores, e pelas outras despesas correntes. Em sentido oposto, é de referir a diminuição da despesa com pessoal e das outras transferências correntes, na sequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores públicos e aos pensionistas da CGA, e, ainda, das outras transferências de capital justificado pelo impacto em 2011 da cessação de créditos realizada pela CGA e pela diminuição de encargos com organizações internacionais da Fundação da Ciência e Tecnologia, I.P..

Empresas Públicas Reclassificadas

Até agosto, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 516,5 milhões de euros, agravando-se 11,7 milhões de euros face ao mês anterior. Este comportamento é explicado pelo investimento realizado pela Parque Escolar, E.P.E., na construção e requalificação de edifícios escolares, e pelo pagamento de juros e outros encargos suportados pela Metro do Porto, S.A..

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até agosto, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 1298,4 milhões de euros, que compara com o défice de 192,6 milhões de euros registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 19,4%, justificado pelo recebimento da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 8,6%, devido à redução das transferências do OE; e
- uma diminuição da despesa em 7,0%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos produtos vendidos em farmácias, compensadas parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos), das despesas com pessoal, em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias e da redução de suplementos remuneratórios, e das outras despesas.

Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011	2012	2011	2012
	jan a ago		jan a ago	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	5 590	6 675	-6,3	19,4
Transferências do Orçamento do Estado	5398	6437	-6,9	19,2
Prestação de serviços	63	96	13,5	52,3
Outras receitas	129	142	14,0	9,9
Despesa Total	5 783	5 376	-7,7	-7,0
Despesa com pessoal	636	550	-8,6	-13,5
Subcontratos	4 825	4 534	-7,3	-6,0
Outras despesas	322	292	-11,3	-9,2
Saldo Global	- 193	1 298	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos(excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)				Empresas Públicas Reclassificadas			
	2011	2012	2011	2012	2012		2012	
	jan a ago		jan a ago		jul	ago	jan a ago	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	15 865	16 058	60,3	64,8	-3,0	1,2	2 010	57,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 520	2 215	60,7	63,8	-11,2	-12,1	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	10 154	10 974	63,3	68,7	2,9	8,1	325	78,2
Despesa Total	14 674	14 932	56,2	62,8	-3,8	1,8	2 526	53,6
Despesa com pessoal	1 819	1 538	58,0	59,2	-15,6	-15,4	451	65,7
Aquisição de bens e serviços	5 218	6 154	58,0	65,5	3,2	17,9	414	52,1
Transferências correntes	6 544	6 262	58,6	65,3	-4,7	-4,3	18	76,6
Saldo Global	1 911	1 126	-	-	-	-	- 517	-

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

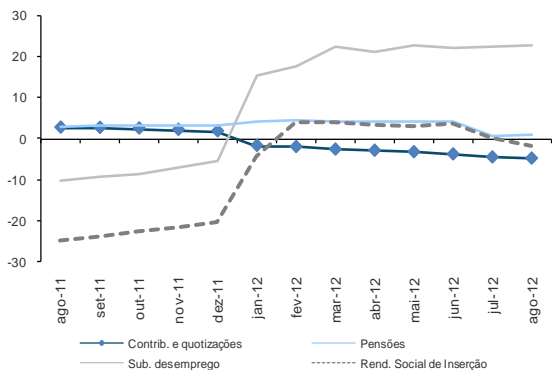
²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até agosto, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 268,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 458,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2011. A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

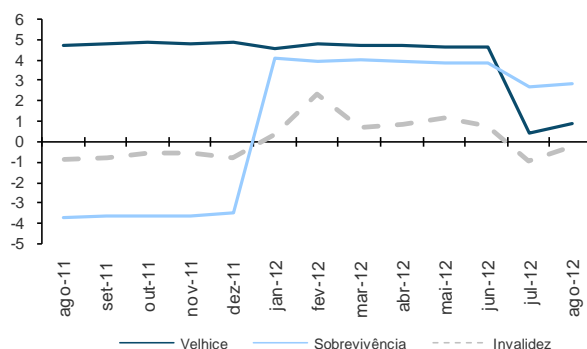
- um acréscimo da receita em 0,7% em resultado transferência da administração central, para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, e das transferências do FSE. Em sentido contrário, salienta-se a queda das contribuições e quotizações (-4,7%); e
- um aumento da despesa em 3,8%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (22,9%) e das pensões de velhice e sobrevivência (1,2%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-10,9%), das outras despesas correntes (-5,5%) e do subsídio de doença (-4,5%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 29,2% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 5,8% no subsídio de doença e de 2,3% nas pensões de velhice, enquanto os beneficiários das pensões de invalidez da Segurança Social diminuíram 1,6%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



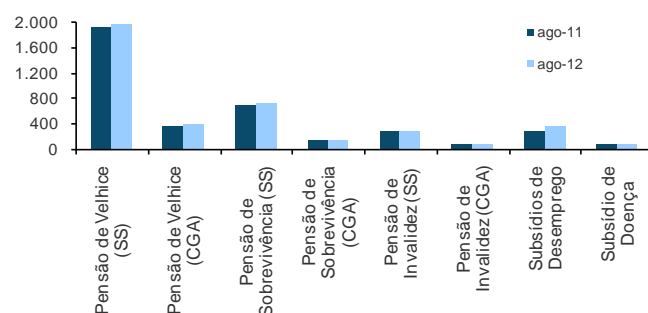
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em agosto, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 167,2 milhões de euros, menos 296,4 milhões de euros que no período homólogo. A receita total diminuiu 12,4%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE. A despesa total diminuiu 8,3%, justificada pela diminuição da despesa com pensões (-5,9%), em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos pensionistas, e, em menor grau, pelo registo, em 2011, nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,8% nas pensões de velhice e de 1,7% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012			
	jan a ago		jan a ago		jan a ago		jan a ago			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	15795	15911	0,7	65,6	65,9	6222	5449	-12,4	66,1	64,9
Contribuições e quotizações	9135	8707	-4,7	64,7	64,1	2516	2212	-12,1	60,7	63,9
Transferências correntes da Adm. Central	4581	4918	7,4	66,0	68,5	3029	3043	0,5	68,0	72,2
Despesa Total	15068	15642	3,8	63,7	65,0	5759	5282	-8,3	64,9	65,9
Pensões	9222	9319	1,1	63,7	64,4	5592	5262	-5,9	6,2	66,0
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	333	-	-	63,8	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1377	1692	22,9	64,9	77,5	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	2804	2792	-0,4	64,8	64,2	-	-	-	-	-
Saldo Global	728	269	-	-	-	464	167	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Administrações Públicas

Até agosto, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo real de 238 municípios na Administração Local, foi de 3857,9 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 3582,7 milhões de euros, reduzindo-se 1591,0 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado, tendo a diminuição do excedente da Segurança Social e dos FSA e o agravamento do saldo da Administração Regional compensado parcialmente esta diminuição.

Administrações Local e Regional

Administração Local*

Até agosto, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 236 municípios, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 233,4 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 24,2 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

A execução orçamental da Administração Local, não acumulada, face julho, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita total em 5,4%, tendo contribuído para esta evolução a maioria das componentes da receita, com exceção da receita fiscal proveniente da derrama e das transferências correntes; e
- uma diminuição da despesa total em 14,1%, refletindo, fundamentalmente, a variação das despesas com pessoal, da aquisição de bens e serviços e de bens de capital.

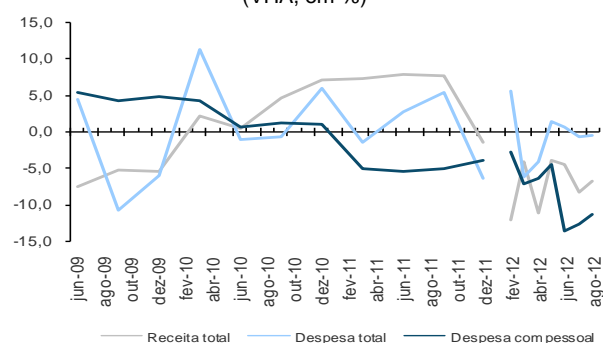
Administração Regional

Até agosto, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 81,9 milhões de euros, o que compara com um excedente de 3,7 milhões de euros no período homólogos. Este comportamento é explicado pelo agravamento do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 100,0 milhões de euros, uma vez que a Região Autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 14,5 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 6,7%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (com um efeito mais acentuado na RAA). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas, com impacto na RAM, e do resto do mundo, com efeito na RAA; e
- um decréscimo da despesa total em 0,4%, refletindo, o contributos opostos das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 6,8%, enquanto na RAA diminuiu 8,3%. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela diminuição nas duas regiões das despesas com pessoal e pela aquisição de bens de capital. O aumento da aquisição de bens e serviços na RAM, das outras transferências correntes e dos juros em ambas as regiões compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

Figura 2.6. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2011	2012		2012		
	jan a ago		VH (%)	jan a jul		jan a ago
	10 ⁶ euros			10 ⁶ euros		
Receita total	1 349	1 258	-6,7	3 112	3 522	13,2
Impostos	707	644	-8,9	968	1 082	11,8
Transferências correntes	374	298	-20,5	920	1 063	15,5
Despesa total	1 346	1 340	-0,4	2 903	3 288	13,3
Pessoal	494	437	-11,4	959	1 084	13,1
Aquisição de bens e serviços	197	256	30,0	789	891	12,9
Transferências correntes	346	370	7,1	191	216	12,9
Investimento	114	62	-46,0	656	749	14,1
Saldo global	4	- 82	-	209	233	-

Fonte: DGO.

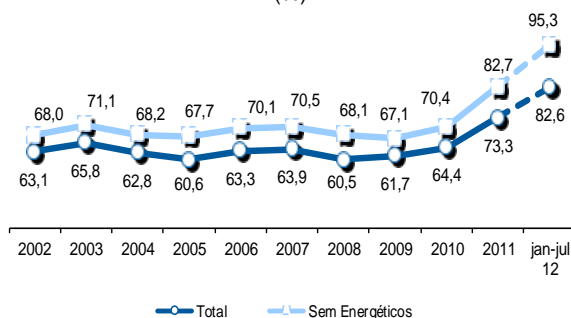
Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros sete meses de 2012 as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 8,9% enquanto as importações decresceram 5,6% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 42,3%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,7% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 9,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a julho			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	24.721	26.914	8,9	8,3	10,5
Importações (cif)	34.526	32.576	-5,6	-6,5	-5,4
(fob)	32.899	31.042	-5,6	-6,5	-5,4
Saldo (fob-cif)	-9.805	-5.662	-42,3	-48,6	-39,7
(fob-fob)	-8.179	-4.128	-49,5	-57,9	-45,7
Cobertura (fob/cif)	71,6	82,6	-	-	-
(fob/fob)	75,1	86,7	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	23.055	24.600	6,7	6,8	8,3
Importações (cif)	28.550	25.822	-9,6	-7,5	-9,4
(fob)	27.206	24.606	-9,6	-7,5	-9,4
Saldo (fob-cif)	-5.495	-1.222	-77,8	-83,7	-66,3
(fob-fob)	-4.150	-6	-99,9	-116,0	-80,4
Cobertura (fob/cif)	80,8	95,3	-	-	-
(fob/fob)	84,7	100,0	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	6.047	7.599	25,7	23,4	25,3
Importações (cif)	9.281	9.266	-0,2	-6,5	3,1
(fob)	8.844	8.830	-0,2	-6,5	3,1
Saldo (fob-cif)	-3.234	-1.668	-48,4	-61,7	-40,5
(fob-fob)	-2.797	-1.231	-56,0	-70,3	-47,6
Cobertura (fob/cif)	65,2	82,0	-	-	-
(fob/fob)	68,4	86,1	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº9/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de julho de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros sete meses de 2012, as exportações representaram 82,6% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 11 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 95,3% das importações (+14,5 p.p. do que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de julho

janeiro a julho	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	24 721	26 914	8,9
Importações (cif)	34 526	32 576	-5,6
Saldo (fob-cif)	- 9 805	- 5 662	-42,3
Cobertura (fob/cif)	71,6	82,6	-
Intra UE			
Exportações (fob)	18 673	19 315	3,4
Importações (cif)	25 244	23 310	-7,7
Saldo (fob-cif)	- 6 571	- 3 994	-39,2
Cobertura (fob/cif)	74,0	82,9	-
Extra UE			
Exportações (fob)	6 047	7 599	25,7
Importações (cif)	9 281	9 266	-0,2
Saldo (fob-cif)	- 3 234	- 1 668	-48,4
Cobertura (fob/cif)	65,2	82,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros sete meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 39,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 3,4% e as importações a decrescer 7,7%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 48,4% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 600	3,3	3 121	3 520	12,8
fev	4 636	4 607	-0,6	3 314	3 771	13,8
mar	5 475	5 014	-8,4	3 779	4 095	8,4
abr	5 010	4 372	-12,7	3 441	3 542	2,9
mai	5 438	4 935	-9,2	3 701	4 013	8,4
jun	4 607	4 447	-3,5	3 588	3 939	9,8
jul	4 906	4 601	-6,2	3 777	4 034	6,8
ago	4 234			2 924		
set	5 100			3 792		
out	4 720			3 779		
nov	4 744			3 857		
dez	4 406			3 253		
1º Trim	14 565	14 221	-2,4	10 213	11 386	11,5
2º Trim	15 055	13 754	-8,6	10 730	11 494	7,1
3º Trim	14 241			10 493		
4º Trim	13 869			10 889		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros sete meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 8,9%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 6,7%.

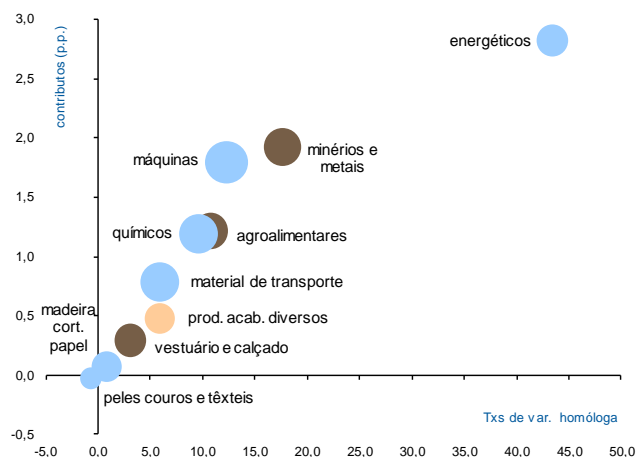
Entre janeiro e julho de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,9 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,8 p.p.). As “Máquinas” e o “Material de Transporte” continuam a ser os grupos de produtos que maior peso têm nas exportações de mercadorias (14,9% e 12,7% respetivamente).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em julho de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+10,5%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,8 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e Metais” e das “Máquinas” (+1,9 p.p. e +1,8 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Agroalimentares”, “Químicos” e “Material de Transporte”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,2 p.p., 1,2 p.p. e 0,8 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)
Últimos 12 meses a terminar em julho de 2012
(Total:10,5%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-jul		Anual		jan-jul		últimos 12 meses ^[1]		jan-jul	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	24 721	26 914	100,0	100,0	100,0	100,0	10,5	10,5	8,9	8,9
000 Agro-Alimentares	2 599	2 843	8,8	11,3	10,5	10,6	10,8	1,2	9,4	1,0
100 Energéticos	1 665	2 314	5,3	7,3	6,7	8,6	43,5	2,8	39,0	2,6
200 Químicos	3 176	3 360	10,3	12,5	12,8	12,5	9,6	1,2	5,8	0,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 163	2 172	8,7	8,5	8,8	8,1	0,8	0,1	0,4	0,0
400 Peles, Couros e Têxteis	1 137	1 110	4,9	4,3	4,6	4,1	-0,7	0,0	-2,3	-0,1
500 Vestuário e Calçado	2 406	2 443	11,1	9,4	9,7	9,1	3,1	0,3	1,5	0,1
600 Minérios e Metais	2 739	3 179	10,5	11,2	11,1	11,8	17,6	1,9	16,1	1,8
700 Máquinas	3 540	4 018	19,7	14,5	14,3	14,9	12,3	1,8	13,5	1,9
800 Material de Transporte	3 342	3 416	13,3	13,1	13,5	12,7	6,0	0,8	2,2	0,3
900 Produtos Acabados Diversos	1 952	2 057	7,4	7,8	7,9	7,6	5,9	0,5	5,3	0,4

Por memória:

Total sem energéticos	23 055	24 600	94,7	92,7	93,3	91,4	8,3	7,7	6,7	6,2
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2012.

[2] (ago 11-jul 12)/(ago 10-jul 11) x 100 - 100.

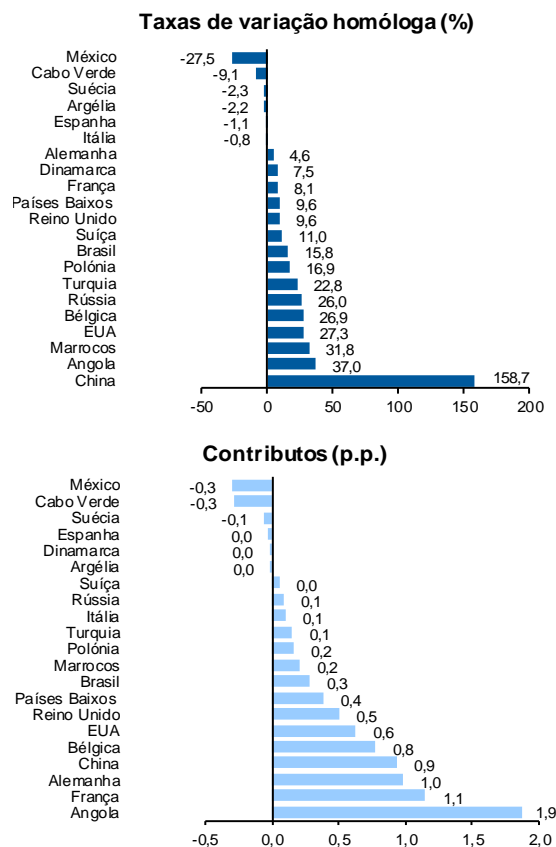
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nos primeiros sete meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,4%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 2,9% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 17,5%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 25,7% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+6,3 p.p.).

As exportações de mercadorias para França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15 seguidas das exportações para a Bélgica e para o Reino Unido (ambos com +0,5 p.p.).

No último ano a terminar em julho de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 10,5%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 5,7%. As exportações para França (+1,0 p.p.) e a Bélgica (+0,8 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+158,7%), Angola (+37,0%) e Marrocos (+31,8%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-27,5%) e Cabo Verde (-9,1%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em julho de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-jul		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-jul		12 meses ^[1]		jan-jul	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	24 721	26 914	100,0	100,0	100,0	100,0	10,5	10,5	8,9	8,9
Intra UE-27	18 673	19 316	78,1	74,1	75,5	71,8	5,7	4,3	3,4	2,6
dos quais:										
UE-15	17 939	18 452	76,0	71,0	72,6	68,6	5,2	3,7	2,9	2,1
Espanha	6 324	6 054	28,4	24,9	25,6	22,5	-1,1	-0,3	-4,3	-1,1
Alemanha	3 403	3 423	13,0	13,5	13,8	12,7	4,6	0,6	0,6	0,1
França	3 114	3 277	12,5	12,1	12,6	12,2	8,1	1,0	5,2	0,7
R.Unido	1 245	1 373	6,9	5,1	5,0	5,1	9,6	0,5	10,2	0,5
P.Baixos	1 032	1 109	3,7	3,9	4,2	4,1	9,6	0,4	7,5	0,3
Itália	973	994	4,1	3,7	3,9	3,7	-0,8	0,0	2,2	0,1
Bélgica	717	847	3,1	3,2	2,9	3,1	26,9	0,8	18,1	0,5
Suécia	261	262	1,1	1,0	1,1	1,0	-2,3	0,0	0,3	0,0
Dinamarca	159	173	0,7	0,6	0,6	0,6	7,5	0,0	8,8	0,1
Alargamento	734	863	2,1	3,1	3,0	3,2	18,0	0,5	17,5	0,5
Polónia	225	237	0,7	1,0	0,9	0,9	16,9	0,1	5,5	0,0
Extra UE-27	6 047	7 599	21,9	25,9	24,5	28,2	25,3	6,3	25,7	6,3
dos quais:										
Angola	1 143	1 597	3,4	5,5	4,6	5,9	37,0	1,9	39,7	1,8
EUA	817	1 065	5,9	3,5	3,3	4,0	27,3	0,9	30,3	1,0
Brasil	312	332	0,7	1,4	1,3	1,2	15,8	0,2	6,1	0,1
México	268	123	0,4	1,1	1,1	0,5	-27,5	-0,3	-54,2	-0,6
China	191	546	0,6	0,9	0,8	2,0	158,7	1,1	185,7	1,4
Marrocos	229	306	0,5	0,9	0,9	1,1	31,8	0,3	33,6	0,3
Suíça	222	245	0,8	0,9	0,9	0,9	11,0	0,1	10,3	0,1
Argélia	238	210	0,2	0,8	1,0	0,8	-2,2	0,0	-11,8	-0,1
Turquia	180	222	0,7	0,7	0,7	0,8	22,8	0,2	23,8	0,2
Cabo Verde	151	130	0,5	0,6	0,6	0,5	-9,1	-0,1	-13,8	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	137	161	0,1	0,6	0,6	0,6	43,8	0,2	17,3	0,1
PALOP	1474	1960	4,3	6,9	6,0	7,3	31,6	2,0	33,0	2,0
EFTA	280	315	1,1	1,1	1,1	1,2	12,6	0,1	12,7	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2012.

[2] (ago 11-jul 12)/(ago 10-jul 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

Entre janeiro a julho de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,6% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-3,5 p.p.), “Minérios e Metais” e “Máquinas” (ambos com -1,0 p.p.) para a redução das importações nos primeiros sete meses.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,3 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,6%).

Nos primeiros sete meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, -7,7%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 7,9%. As importações provenientes dos países do Alargamento estagnaram (0,0%). Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram 0,2%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (2,9% do total). Seguem-se o Brasil (2,7%) e a China (2,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jul		Anual		jan-jul		12 meses ^[1]		jan-jul	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	34 526	32 576	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,4	-5,4	-5,6	-5,6
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	5 034	4 887	11,9	13,8	14,6	15,0	0,8	0,1	-2,9	-0,4
100-Energéticos	5 975	6 754	14,1	14,6	17,3	20,7	15,1	2,5	13,0	2,3
200-Químicos	5 543	5 475	13,3	15,2	16,1	16,8	-0,6	-0,1	-1,2	-0,2
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 625	1 379	4,7	4,6	4,7	4,2	-11,3	-0,5	-15,1	-0,7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 287	2 102	6,8	6,8	6,6	6,5	-7,4	-0,5	-8,1	-0,5
500-Minérios e Metais	3 150	2 793	9,2	8,5	9,1	8,6	-9,8	-0,9	-11,4	-1,0
600-Máquinas [4]	5 111	4 754	20,5	16,4	14,8	14,6	-9,1	-1,4	-7,0	-1,0
700-Material de Transporte [5]	3 998	2 805	13,5	14,1	11,6	8,6	-32,2	-4,0	-29,9	-3,5
800-Prod. Acabados Diversos	1 801	1 629	6,0	5,9	5,2	5,0	-11,0	-0,6	-9,6	-0,5
Total sem energéticos	28 550	25 822	85,9	85,4	82,7	79,3	-9,4	-7,8	-9,6	-7,9
Mercados de origem										
Intra UE-27	25 244	23 310	77,0	73,0	73,1	71,6	-8,3	-6,2	-7,7	-5,6
dos quais:										
UE-15	24 399	22 464	75,3	70,6	70,7	69,0	-8,5	-6,1	-7,9	-5,6
Espanha	10 735	10 277	30,9	31,6	31,1	31,5	-4,2	-1,3	-4,3	-1,3
Alemanha	4 335	3 768	14,3	12,3	12,6	11,6	-16,3	-2,2	-13,1	-1,6
França	2 431	2 166	8,5	6,9	7,0	6,6	-9,4	-0,7	-10,9	-0,8
Itália	1 904	1 720	5,9	5,4	5,5	5,3	-9,3	-0,5	-9,7	-0,5
Países Baixos	1 645	1 547	4,8	4,8	4,8	4,7	-8,0	-0,4	-6,0	-0,3
Reino Unido	1 149	1 007	4,1	3,3	3,3	3,1	-13,3	-0,5	-12,3	-0,4
Bélgica	936	813	2,8	2,6	2,7	2,5	-15,4	-0,4	-13,1	-0,4
Suécia	375	347	0,9	1,0	1,1	1,1	-5,7	-0,1	-7,6	-0,1
Irlanda	333	315	0,9	1,0	1,0	1,0	-0,2	0,0	-5,3	-0,1
Alargamento	846	846	1,7	2,4	2,4	2,6	-1,1	0,0	0,0	0,0
Extra UE-27	9 281	9 266	23,0	27,0	26,9	28,4	3,1	0,8	-0,2	0,0
dos quais:										
Nigéria	1 024	441	1,4	2,6	3,0	1,4	-38,9	-1,0	-56,9	-1,7
China	862	819	1,4	2,6	2,5	2,5	-6,1	-0,2	-4,9	-0,1
Brasil	882	870	2,2	2,5	2,6	2,7	9,2	0,2	-1,4	0,0
Angola	426	931	0,1	2,0	1,2	2,9	153,4	1,7	118,4	1,5
EUA	664	595	1,4	1,9	1,9	1,8	1,0	0,0	-10,4	-0,2
Arábia Saudita	526	586	1,0	1,6	1,5	1,8	35,4	0,4	11,3	0,2
Cazaquistão	421	459	0,6	1,5	1,2	1,4	32,3	0,4	9,0	0,1
Argélia	626	442	1,6	1,3	1,8	1,4	-20,2	-0,3	-29,4	-0,5
Rússia	364	368	1,2	1,0	1,1	1,1	14,4	0,1	0,8	0,0
Índia	330	196	0,4	0,8	1,0	0,6	-31,7	-0,3	-40,6	-0,4
Noruega	314	101	1,2	0,7	0,9	0,3	-54,9	-0,4	-67,8	-0,6
Suíça	216	201	0,6	0,6	0,6	0,6	-6,2	0,0	-7,2	0,0
Japão	201	202	1,0	0,6	0,6	0,6	-0,3	0,0	0,8	0,0
OPEP ^[6]	2 761	2 810	6,3	8,0	8,0	8,6	7,9	0,6	1,8	0,1
EFTA	542	316	1,9	1,4	1,6	1,0	-31,6	-0,5	-41,7	-0,7
PALOP	442	945	0,2	2,1	1,3	2,9	145,6	1,7	113,6	1,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2012.

[2] $(\text{ago } 11\text{-jul } 12) / (\text{ago } 10\text{-jul } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

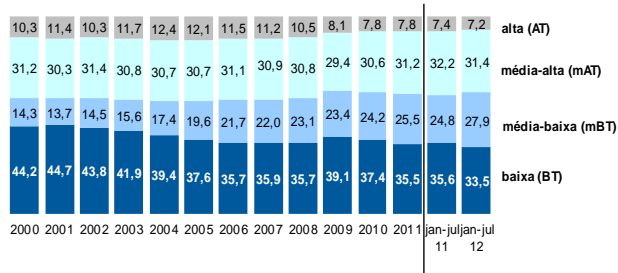
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros sete meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 9,4%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,3%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (23,4%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7)¹.

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":



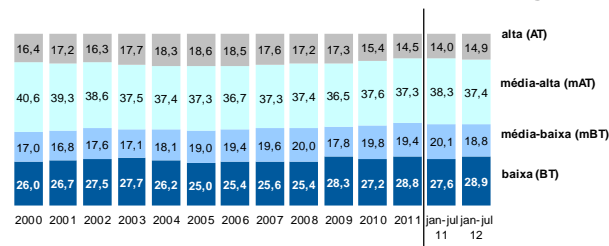
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+5,8p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 2,1 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 11,0%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-5,0 p.p. e -3,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a julho		Taxas variação (%)			%total prod. ind. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-jul 2012/11	2010	2011	jan-jul		2011	jan-jul 2012		
									2011	2012				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. ind. transformados	39 888 142	23 329 578	25 516 916	3,4	15,6	9,4	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	9,4		
Alta tecnologia	3 103 147	1731692	1832 086	-4,4	15,5	5,8	7,8	7,8	7,4	7,2	12	0,4		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 924 348	1665 109	1740 359	-5,2	15,2	4,5	7,4	7,4	7,2	6,8	1,1	0,3		
Média-alta tecnologia	12 460 564	7 507 173	8 007 123	3,5	18,1	6,7	30,6	31,2	32,2	31,4	5,5	2,1		
Média-baixa tecnologia	10 176 413	5 776 990	7 129 984	6,8	21,9	23,4	24,2	25,5	24,8	27,9	5,3	5,8		
Baixa tecnologia	14 148 018	8 313 724	8 547 724	3,2	9,5	2,8	37,4	35,5	35,6	33,5	3,6	1,0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	42 325 641	24 720 710	26 913 888	3,5	15,1	8,9	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	8,9		
Residual ^[3]	2 437 499	1 391 132	1 396 972	5,6	7,6	0,4	6,2	5,8	5,6	5,2	0,5	0,0		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. ind. transformados	45 990 799	27 777 904	24 721 737	-0,4	-2,4	-11,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,4	-11,0		
Alta tecnologia	6 669 401	3 896 092	3 686 901	-5,1	-7,8	-5,4	15,4	14,5	14,0	14,9	-12	-0,8		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 437 600	3 769 556	3 547 945	-4,4	-6,5	-5,9	14,7	14,1	13,6	14,4	-10	-0,8		
Média-alta tecnologia	17 144 597	10 639 035	9 236 624	-0,1	-3,2	-13,2	37,6	37,3	38,3	37,4	-12	-5,0		
Média-baixa tecnologia	8 937 978	5 584 587	4 656 652	-0,4	-4,3	-16,6	19,8	19,4	20,1	18,8	-0,8	-3,3		
Baixa tecnologia	13 238 822	7 658 189	7 141 560	2,1	3,3	-6,7	27,2	28,8	27,6	28,9	0,9	-1,9		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	57 729 732	34 525 596	32 575 891	0,5	12	-5,6	100,0	100,0	100,0	100,0	12	-5,6		
Residual ^[3]	11 738 933	6 747 692	7 854 154	4,7	17,9	16,4	17,4	20,3	19,5	24,1	3,1	3,2		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

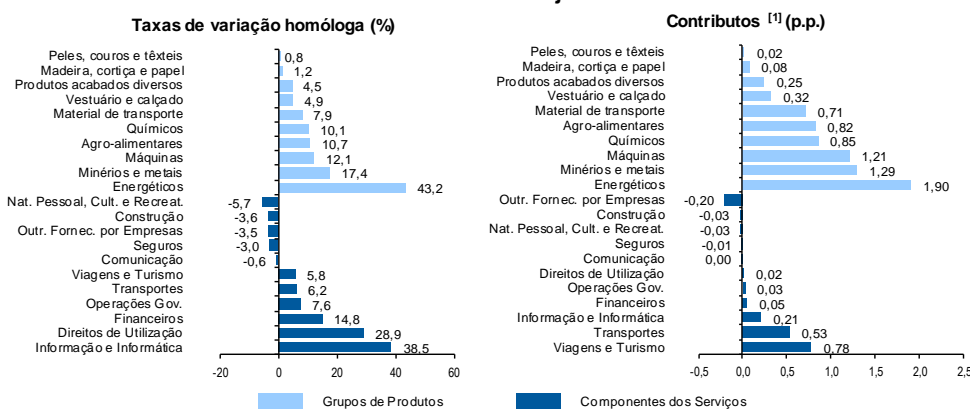
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de junho de 2012, nos primeiros seis meses de 2012, as Exportações (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,4% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (6,4 p.p.).

Nos seis primeiros meses de 2012, a componente dos Serviços representou 27,3% do total das Exportações e contribuiu com 0,0 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16,0% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-5,8%) foi de -1,4 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em junho de 2012, com base em dados do INE para as Exportações de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as Exportações de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das Exportações de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,9 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+1,3 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,8 p.p.) e Transportes (+0,5 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em junho de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $\text{TVH} \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (8,8%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a junho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2011	2012	Anual		janeiro a junho		média anual	12 meses [1]		janeiro a junho	
		2005	2011	2011	2012	05-10	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	29 614	31 513	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	8,8	8,8	6,4	6,4
Bens	21 034	22 923	71,0	68,9	71,0	72,7	3,5	10,9	7,5	9,0	6,4
Serviços	8 580	8 590	29,0	31,1	29,0	27,3	5,5	4,2	1,3	0,1	0,0
Transportes	2 520	2 642	7,1	8,4	8,5	8,4	7,5	6,2	0,5	4,8	0,4
Viagens e Turismo	3 245	3 419	13,2	13,2	11,0	10,9	4,1	5,8	0,8	5,4	0,6
Comunicação	246	249	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	-0,6	0,0	1,2	0,0
Construção	276	245	0,8	0,9	0,9	0,8	5,9	-3,6	0,0	-11,3	-0,1
Seguros	58	55	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-3,0	0,0	-4,9	0,0
Financeiros	15	17	0,4	0,4	0,4	0,4	3,8	14,8	0,1	12	0,0
Informação e Informática	172	233	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	38,5	0,2	35,4	0,2
Direitos de Utilização	20	20	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	28,9	0,0	-0,8	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1702	1361	5,2	5,8	5,7	4,3	6,5	-3,5	-0,2	-20,0	-1,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	124	130	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	-5,7	0,0	5,0	0,0
Operações Governamentais	101	119	0,3	0,3	0,3	0,4	5,7	7,6	0,0	17,7	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	34 239	32 239	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	-3,9	-3,9	-5,8	-5,8
Bens	28 577	27 067	84,9	83,0	83,5	84,0	0,6	-4,2	-3,5	-5,3	-4,4
Serviços	5 662	5 172	15,1	17,0	16,5	16,0	3,4	-2,4	-0,4	-8,7	-1,4
Transportes	1642	1602	4,7	5,0	4,8	5,0	2,2	0,4	0,0	-2,5	-0,1
Viagens e Turismo	1491	1464	4,2	4,4	4,4	4,5	2,3	-1,2	-0,1	-1,8	-0,1
Comunicação	218	213	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	-4,6	0,0	-2,3	0,0
Construção	58	50	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	0,2	0,0	-13,1	0,0
Seguros	15	15	0,3	0,3	0,3	0,4	3,5	-3,6	0,0	0,1	0,0
Financeiros	314	225	0,3	0,8	0,9	0,7	20,3	-2,4	0,0	-28,5	-0,3
Informação e Informática	211	190	0,4	0,7	0,6	0,6	11,0	2,6	0,0	-10,3	-0,1
Direitos de Utilização	187	180	0,5	0,6	0,5	0,6	4,5	-3,8	0,0	-3,8	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	148	849	3,0	3,6	3,4	2,6	4,9	-8,4	-0,3	-26,1	-0,9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	231	239	0,6	0,7	0,7	0,7	4,9	0,0	0,0	3,3	0,0
Operações Governamentais	46	46	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-10,0	0,0	0,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até junho de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Acesso aos serviços mínimos bancários</i></p> <p>Conselho de Ministros de 6 de setembro</p>	<p>Aprovou alteração ao sistema de acesso aos serviços mínimos bancários. Esta alteração visa clarificar o regime jurídico aplicável, evidenciando os direitos e obrigações dos clientes bancários e das instituições de crédito aderentes, nomeadamente os requisitos de acesso e as causas de recusa legítima de abertura ou conversão de conta, bem como as condições de prestação desses serviços.</p>
<p><i>Prevenção do incumprimento de compromissos financeiros</i></p> <p>Conselho de Ministros de 13 de setembro</p>	<p>Aprovou um conjunto de medidas que promove a prevenção do incumprimento e a recuperação de créditos resultantes de contratos celebrados com consumidores que se revelem incapazes de respeitar os compromissos financeiros assumidos perante instituições de crédito, por factos de natureza diversa, em especial o desemprego e a quebra anómala dos rendimentos.</p> <p>O diploma prevê que cada instituição de crédito crie um plano de ação para o risco de incumprimento (PARI), fixando os procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito.</p> <p>Estabelece ainda um procedimento uniformizado para a regularização de situações de incumprimento - o procedimento especial, extrajudicial, de regularização de situações de incumprimento (PERSI).</p> <p>Finalmente, cria a rede extrajudicial de apoio aos clientes bancários (consumidores) no âmbito da prevenção do incumprimento e da regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito, constituída pelas entidades reconhecidas pela Direção-Geral do Consumidor.</p>
<p><i>Proteção do consumidor</i></p> <p>Conselho de Ministros de 20 de setembro</p>	<p>Aprovou alteração à Lei dos Serviços Públicos Essenciais, da Lei de Defesa do Consumidor e da Lei das Comunicações Eletrónicas, no sentido de, por um lado, melhorar o funcionamento do sistema judicial, reduzindo a sua lentidão através da eliminação de pendências, e de, por outro lado, atribuir maior eficácia à proteção do consumidor.</p> <p>Com esta iniciativa pretende-se evitar o aumento do endividamento das famílias, atribuindo-se maior eficácia à proteção do consumidor, através dos seguintes mecanismos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do objeto da informação que as empresas, nomeadamente as prestadoras de crédito, de fornecimento de serviços ou de venda a prestações, enquanto credoras, devem prestar ao consumidor/devedor; - Previsão do incumprimento total ou parcial do contrato, sob pena de o pagamento das custas processuais devidas pela cobrança do crédito recair sobre a própria empresa; - Suspensão automática do fornecimento de serviços a consumidores de comunicações eletrónicas, por um período de 30 dias, no caso de falta de pagamento dos valores constantes na fatura até à data nela fixada como limite de pagamento acrescida de um prazo máximo de 10 dias. <p>Durante período de suspensão, o consumidor pode pagar os valores em atraso ou celebrar um acordo de pagamento com o prestador de serviços, casos em que o prestador deve repor o fornecimento do serviço.</p>
<p><i>Regime do trabalho portuário</i></p> <p>Conselho de Ministros de 20 de setembro</p>	<p>Aprovou proposta de lei relativa ao regime do trabalho portuário, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redefinido o âmbito do trabalho portuário, independentemente do regime jurídico de utilização das áreas portuárias, harmonizando-o para todos os portos; - Disciplinado o regime do trabalho portuário a termo e intermitente. O propósito é dotar o regime do trabalho portuário com modalidades contratuais já previs-

Iniciativa	Sumário
	<p>tas no Código do Trabalho, ainda que acolhendo regras especiais que permitam adequar essas figuras à especificidade da operação portuária;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforçada a importância da formação profissional e segurança no trabalho no âmbito do trabalho portuário.
<p><i>Alterações aos Códigos tributários</i></p> <p>Conselho de Ministros de 20 de setembro</p>	<p>Aprovou alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao Código do Imposto do Selo e à Lei Geral Tributária.</p> <p>Estas medidas visam reforçar o princípio da equidade social na austeridade, garantindo uma mais efetiva repartição do esforço de ajustamento por todos e não apenas por aqueles que vivem do rendimento do seu trabalho.</p> <p>Além do agravamento da tributação sobre os rendimentos de capitais e das mais-valias, e sobre os prédios urbanos de afetação habitacional cujo valor patrimonial tributário seja igual ou superior a um milhão de euros, é agravada a tributação sobre as transferências para paraísos fiscais e intensificado o combate à fraude e a evasão fiscais, através do reforço do regime aplicável às manifestações de fortuna dos sujeitos passivos (IRS).</p>
<p><i>Grandes Opções do Plano para 2013</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de setembro</p>	<p>Aprovou as Grandes Opções do Plano para 2013, na sequência do parecer aprovado pelo Conselho Económico e Social.</p> <p>As Grandes Opções do Plano definidas para 2013, enquadradas nas estratégias de consolidação orçamental, de rigor das finanças públicas e de desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas, são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Desafio da Mudança: a transformação estrutural da Economia Portuguesa; - Finanças Públicas e Crescimento: a estratégia orçamental; - Cidadania, Solidariedade, Justiça e Segurança; - Políticas Externa e de Defesa Nacional; - O Desafio do Futuro: medidas sectoriais prioritárias.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Obras em prédios arrendados – regime jurídico</i></p> <p>Lei n.º 30/2012. D.R. n.º 157, Série I de 2012-08-14</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.</p>
<p><i>Arrendamento urbano - regime jurídico</i></p> <p>Lei n.º 31/2012. D.R. n.º 157, Série I de 2012-08-14</p>	<p>Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.</p>
<p><i>Reabilitação urbana - regime jurídico</i></p> <p>Lei n.º 32/2012. D.R. n.º 157, Série I de 2012-08-14</p>	<p>Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.</p>
<p><i>Programa Escolhas</i></p> <p>Despacho normativo n.º 17/2012. D.R. n.º 158, Série II de 2012-08-16</p>	<p>Aprova o Regulamento do Programa Escolhas. O Programa estrutura-se em cinco áreas estratégicas de intervenção:</p> <ol style="list-style-type: none"> Inclusão escolar e educação não formal; Formação profissional e empregabilidade; Dinamização comunitária e cidadania; Inclusão digital; Empreendedorismo e capacitação.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Garantia de potência disponibilizada pelos centros electroprodutores – regime de incentivos</i></p> <p>Portaria n.º 251/2012. D.R. n.º 160, Série I de 2012-08-20</p>	<p>Estabelece o regime de atribuição de incentivos à garantia de potência disponibilizada pelos centros electroprodutores ao Sistema Elétrico Nacional (SEN).</p>
<p><i>Contratos de empreitada de obras públicas - liberação das cauções</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 190/2012. D.R. n.º 162, Série I de 2012-08-22</p>	<p>Estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro.</p>
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 11353/2012. D.R. n.º 162, Série II de 2012-08-22</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a Santos Barosa - Vidros, S. A.</p>
<p><i>Projeto de Investimento de interesse estratégico</i></p> <p>Despacho n.º 11420/2012. D.R. n.º 163, Série II de 2012-08-23</p>	<p>Declara o interesse estratégico do Projeto de Investimento da ALSTOM Portugal, S. A.</p>
<p><i>Agências de viagens e turismo – regime da atividade</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 199/2012. D.R. n.º 164, Série I de 2012-08-24</p>	<p>Altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.</p>
<p><i>Cursos de educação e formação de jovens – regulamento do POPH</i></p> <p>Despacho n.º 11497/2012. D.R. n.º 164, Série II de 2012-08-24</p>	<p>Alteração do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 1.3, «Cursos de educação e formação de jovens», do Eixo n.º 1, «Qualificação inicial», do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).</p>
<p><i>Cursos Profissionais - regulamento do POPH</i></p> <p>Despacho n.º 11498/2012. D.R. n.º 164, Série II de 2012-08-24</p>	<p>Alteração ao Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 1.2 «Cursos Profissionais» do Eixo 1 «Qualificação Inicial» do POPH.</p>
<p><i>Transportes públicos – passes estudantes</i></p> <p>Portaria n.º 268-A/2012. D.R. n.º 169, 2.º Suplemento, Série I de 2012-08-31</p>	<p>Altera as condições de atribuição do passe escolar designado passe «4_18@escola.tp», aprovadas pela Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, e altera as condições de atribuição do passe designado «sub23@superior.tp», aprovadas pela Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro.</p>
<p><i>Garantia pessoal do Estado</i></p> <p>Despacho n.º 11700/2012. D.R. n.º 169 Série II de 2012-08-31</p>	<p>Concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela APRAM junto do BEI.</p>
<p><i>Garantia pessoal do Estado</i></p> <p>Despacho n.º 11699/2012. D.R. n.º 169 Série II de 2012-08-31</p>	<p>Concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela Região Autónoma da Madeira junto do BEI.</p>
<p><i>Garantia pessoal do Estado</i></p> <p>Despacho n.º 11698/2012. D.R. n.º 169 Série II de 2012-08-31</p>	<p>Concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela EPAL junto do BEI.</p>
<p><i>Gabinete de Recuperação de Ativos</i></p> <p>Portaria n.º 269/2012. D.R. n.º 170 Série I de 2012-09-03</p>	<p>Fixa a composição e coordenação do Gabinete de Recuperação de ativos.</p>
<p><i>Atualização preços SSAP</i></p> <p>Portaria n.º 412/2012. D.R. n.º 171 Série II de 2012-09-04</p>	<p>Atualização do preço das refeições dos Serviços Sociais da Administração Pública.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa Integrado de Educação e Formação</i></p> <p>Portaria n.º 272/2012. D.R. n.º 171, Série I de 2012-09-04</p>	<p>Cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação.</p>
<p><i>Classificação sociedades</i></p> <p>Despacho n.º 1176/2012. D.R. n.º 171 Série II de 2012-09-04</p>	<p>Classificação das sociedades PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A, PARPARTICULARES, e SGPC, S.A.</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 11789/2012. D.R. n.º 172 Série II de 2012-09-05</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de outubro de 2012.</p>
<p><i>Privatização dos Estaleiros Navais de Viana de Castelo – condições de admissão de investidores</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2012. D.R. n.º 172, Série I de 2012-09-05</p>	<p>Determina a admissão ou a não admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar nas subseqüentes fases do processo de alienação das ações objeto de venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização do capital social da empresa Estaleiros Navais de Viana de Castelo, S. A.</p>
<p><i>Sistema de incentivos QREN</i></p> <p>Portaria n.º 274/2012. D.R. n.º 173, Série I de 2012-09-06</p>	<p>Altera as Portarias n. 1102/2010, de 25 de outubro, que altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, e 1103/2010, de 25 de outubro, que altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação.</p>
<p><i>Veículos a motor e seus reboques - inspeções técnicas</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 44/2012. D.R. n.º 174, Série I de 2012-09-07</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 144/2012, de 11 de julho, do Ministério da Economia e Emprego, que aprova o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e seus reboques, transpondo a Diretiva n.º 2010/48/UE, da Comissão, de 5 de julho, que adapta ao progresso técnico a Diretiva n.º 2009/40/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 133, de 11 de julho de 2012.</p>
<p><i>Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública</i></p> <p>Portaria n.º 275/2012. D.R. n.º 175, Série I de 2012-09-10</p>	<p>Aprova os Estatutos da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública - ESPAP, I. P.</p>
<p><i>Autorização Instituto de Informática</i></p> <p>Portaria n.º 427/2012. D.R. n.º 175 Série II de 2012-09-10</p>	<p>Autoriza o Instituto de Informática, I.P., a assumir o encargo orçamental decorrente do contrato de aquisição de serviço de comunicações de voz e dados em local fixo</p>
<p><i>Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2012. D.R. n.º 176, Série I de 2012-09-11</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais.</p>
<p><i>Serviço alimentação contingente Afeganistão</i></p> <p>Despacho n.º. 11994/2012. D.R. n.º. 176 Série II de 2012-09-11</p>	<p>Aquisição de serviços de alimentação prestados ao contingente nacional no Afeganistão.</p>
<p><i>Aquisição serviços móveis terrestres INEM</i></p> <p>Portaria n.º 431/2012. D.R. n.º 176 Série II de 2012-09-11</p>	<p>Estabelece disposições no âmbito do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM), referente ao procedimento de aquisição de serviços móveis terrestres.</p>
<p><i>Recapitalização do BCP</i></p> <p>Despacho n.º 12069/2012. D.R. n.º 178 Série II de 2012-09-13</p>	<p>Altera o despacho n.º.8840-B/2012, de 28 de junho - recapitalização da Banca – BCP.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa de apoio à Economia Local</i></p> <p>Portaria n.º 281-A/2012. D.R. n.º 179, Suplemento, Série I de 2012-09-14</p>	<p>Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).</p>
<p><i>Princípio da Onerosidade</i></p> <p>Portaria n.º 278/2012. D.R. n.º 179 Série I de 2012-09-14</p>	<p>Regulamenta a implementação gradual do princípio da onerosidade através da determinação dos termos em que é devida a contrapartida pelos serviços, organismo ou demais utilizadores de espaços públicos.</p>
<p><i>Centros de inspeção técnica de veículos</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 49/2012. D.R. n.º 181, Série I de 2012-09-18</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 221/2012, de 20 de julho, do Ministério da Economia e do Emprego, que estabelece os requisitos técnicos a que devem obedecer os centros de inspeção técnica de veículos (CITV), no âmbito da Lei n.º 11/2011, de 26 de abril, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 140, de 20 de julho de 2012.</p>
<p><i>Estaleiros Navais Viana do Castelo</i></p> <p>Despacho n.º 12220/2012. D.R. n.º 181 Série II de 2012-09-18</p>	<p>Estaleiros Navais de Viana do Castelo (venda direta de ações de referência).</p>
<p><i>Autorização IFAP</i></p> <p>Portaria n.º 458/2012. D.R. n.º 181 Série II de 2012-09-18</p>	<p>Autoriza o IFAP a proceder à realização de um procedimento com vista à aquisição de serviços de comunicações para dois anos ao abrigo do acordo-quadro celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas.</p>
<p><i>Assistência na doença da GNR e PSP</i></p> <p>Portaria n.º 283/2012. D.R. n.º 181 Série I de 2012-09-18</p>	<p>Define o montante a suportar pelos beneficiários, tendo em conta o tipo de ato médico praticado, ao abrigo de convenções ou protocolos celebrados com os serviços próprios de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), e aprova o clausulado tipo de convenções.</p>
<p><i>Registos e Notariado - Regulamento Emolumentar</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 209/2012. D.R. n.º 182, Série I de 2012-09-19</p>	<p>Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, bem como legislação conexas com emolumentos e taxas.</p>
<p><i>Mobilidade elétrica - regime jurídico</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 47/2012. D.R. n.º 180, Série I de 2012-09-17</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 170/2012, de 1 de agosto, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que cria o regime jurídico da mobilidade elétrica, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 148, de 1 de agosto de 2012.</p>
<p><i>Tabela de Emolumentos DGES</i></p> <p>Despacho n.º 12304/2012. D.R. n.º 182 Série II de 2012-09-20</p>	<p>Aprovação da tabela de emolumentos a cobrar pela Direção Geral do Ensino Superior.</p>
<p><i>Balcão do empreendedor</i></p> <p>Portaria n.º 284/2012. D.R. n.º 183, Série I de 2012-09-20</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril, que cria um balcão único eletrónico, designado «Balcão do empreendedor».</p>
<p><i>CET em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos</i></p> <p>Despacho n.º 12316/2012. D.R. n.º 183, Série II de 2012-09-20</p>	<p>É criado o CET (Curso de Especialização Tecnológica) em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos e autorizado o seu funcionamento na FORESP - Escola Tecnológica de Vale de Cambra.</p>
<p><i>CET em Auditoria a Sistemas de Gestão</i></p> <p>Despacho n.º 12317/2012. D.R. n.º 183, Série II de 2012-09-20</p>	<p>É criado o CET em Auditoria a Sistemas de Gestão e autorizado o seu funcionamento na ESTER - Associação para a Formação Tecnológica no Setor das Rochas Ornamentais e Industriais.</p>
<p><i>CET em Tecnologia Mecatrónica</i></p> <p>Despacho n.º 12318/2012. D.R. n.º 183, Série II de 2012-09-20</p>	<p>É criado o CET em Tecnologia Mecatrónica e autorizado o seu funcionamento na FORESP - Escola Tecnológica de Vale de Cambra.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>CET em Produção Industrial de Rochas Ornamentais e Industriais</i></p> <p>Despacho n.º 12319/2012. D.R. n.º 183, Série II de 2012-09-20</p>	<p>É criado CET em Produção Industrial de Rochas Ornamentais e Industriais e autorizado o seu funcionamento na ESTER - Associação para a Formação Tecnológica no Setor das Rochas Ornamentais e Industriais.</p>
<p><i>CET em Gestão da Qualidade e do Ambiente</i></p> <p>Despacho n.º 12320/2012. D.R. n.º 183, Série II de 2012-09-20</p>	<p>É criado o CET em Gestão da Qualidade e do Ambiente e autorizado o seu funcionamento na FORESP - Escola Tecnológica de Vale de Cambra.</p>
<p><i>CET em Turismo Ambiental</i></p> <p>Despacho n.º 12369/2012. D.R. n.º 184, Série II de 2012-09-21</p>	<p>Cria o CET em Turismo Ambiental e autoriza o seu funcionamento na Ester - Associação para a Formação Tecnológica no Setor das Rochas Ornamentais e Industriais.</p>
<p><i>Reprivatização TAP</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 210/2012. D.R. n.º 184 Série I de 2012-09-21</p>	<p>Aprova a 3.ª e 4.ª fases do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A..</p>
<p><i>Transportes públicos – passes estudantes</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 52/2012. D.R. n.º 185, Série I de 2012-09-24</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência, que altera as condições de atribuição do passe escolar designado passe «4_18@escola.tp», aprovadas pela Portaria n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, e altera as condições de atribuição do passe designado «sub23@superior.tp», aprovadas pela Portaria n.º 982-B/2009, de 2 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 169, 2.º suplemento, de 31 de agosto de 2012.</p>
<p><i>Valores a auferir pela GNR e PSP em serviços remunerados</i></p> <p>Portaria n.º 289/2012. D.R. n.º 185 Série I de 2012-09-24</p>	<p>Fixa os valores a auferir pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelo pessoal policial da Polícia de Segurança Pública pela participação efetiva na prestação de serviços remunerados solicitados por órgãos e entidades públicas e privadas.</p>
<p><i>Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social</i></p> <p>Decreto Regulamentar n.º 50/2012. D.R. n.º 186, Série I de 2012-09-25</p>	<p>Procede à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.</p>
<p><i>Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 212/2012. D.R. n.º 186, Série I de 2012-09-25</p>	<p>Procede à segunda alteração aos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, transpondo as Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural, respetivamente, e revogam as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.</p>
<p><i>Regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 213/2012. D.R. n.º 186, Série I de 2012-09-25</p>	<p>Procede à definição do regime de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social, autoriza o pagamento diferido de montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes de incumprimento e prevê uma dispensa excecional do pagamento de contribuições.</p>
<p><i>Preços de medicamentos</i></p> <p>Despacho n.º 12648/2012. D.R. n.º 188, Série II de 2012-09-27</p>	<p>Aprova os preços de referência unitários dos grupos homogêneos de medicamentos, para vigorar no trimestre civil que se inicia em 1 de outubro de 2012.</p>
<p><i>Carta da Mobilidade Ligeira</i></p> <p>Despacho n.º 12646/2012. D.R. n.º 188, Série II de 2012-09-27</p>	<p>Criação de uma unidade de missão para a elaboração da «Carta da Mobilidade Ligeira».</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Variação homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.